



Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2.ª LEGISLATURA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 30.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Indico o Senhor Deputado TÚLIO ZANCHET, na qualidade de membro efetivo, completando, desta forma, a anteriormente encaminhada, referente à Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará possíveis irregularidades no DETRAN.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Bloco Parlamentar do Partido Democrático Social, com assento nesta Casa, indico para as devidas anotações junto ao Departamento Legislativo-Divisão das Comissões, o nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Leônidas Chaves para integrar a Comissão de Turismo em substituição ao nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, ficando este último como integrante da Comissão de Redação Final, em substituição ao primeiro indicado, Deputado Leônidas Chaves.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Segundo Bortolini, ocorrido em 17 de abril de 1980, nesta Capital.

Da decisão do Plenário solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, com a máxima urgência, expediente a Sua Excelência Ministro do Trabalho, MURILLO MACEDO, requerendo a imediata liberação dos líderes sindicais da região do ABC e a recondução dos mesmos aos seus respectivos Sindicatos.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA.

1. O "MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO" — DE 19/3/80, do PDS, no item 3 da parte referente "no campo social" textualmente diz: "defender o direito de greve, como forma legítima de pressão, com inviolabilidade das Assembléias, sindicais, sem premissão de métodos violentos que atendem contra a liberdade de trabalho".

2. Aos líderes sindicais cabe assumir a coordenação das decisões das Assembléias Trabalhistas, demonstrando desta maneira o não incitamento para a continuação das greves. Prova disto é que, mesmo com as prisões dos conhecidos líderes sindicais, a greve continua. Desta forma, os dirigentes sindicais estavam apenas no cumprimento de atos emanados pelas assembléias daqueles Sindicatos.

3. No momento, quando o Governo brasileiro está empenhado no restabelecimento das liberdades democráticas neste País, não seria necessário afirmar o quanto este ato representaria para a consolidação do regime no Brasil.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro DOUGLAS DE SOUZA LUZ, mui digno Diretor Presidente da COPEL, solicitando seja autorizada a eletrificação Rural no Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand, nas localidades de: GUARAGUATÁ e ÁGUA PAULISTA.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se esta solicitação a grande importância da eletrificação rural nessas localidades para o desenvolvimento e o progresso do setor geo-econômico daquela região.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nivaldo Almeida Neto, digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando seja autorizado o asfaltamento do Anel Rodoviário de Assis Chateaubriand, bem como do trecho que vai até as instalações da COOPERVELE, da cidade acima referida.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado prende-se ao fato de que só irá proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do Município de Assis Chateaubriand.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Luís Norberto Silva Ratto, mui digno Superintendente do Banco do Brasil S.A., no sentido de que autoriza a instalação de um Posto de atendimento do Banco do Brasil S.A. em Bragantina, Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado prende-se ao fato de que um Posto de Atendimento do Banco do Brasil S.A. em Bragantina, só irá proporcionar um melhor atendimento a uma localidade cujo inusitado desenvolvimento reclama um estabelecimento dessa natureza.

REQUERIMENTO

Requer seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Senhor Secretário da Segurança Pública, Senhor Secretário da Justiça do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, no sentido de que determinem medidas urgentes referente à falta de segurança: ao grande número de furto de carros e a violência no Oeste.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja encaminhado ofício às autoridades acima nominadas, solicitando urgentes medidas, no sentido de conter o grande número de furto de carros, falta de segurança e a violência no Oeste do Paraná.

Segue justificativa feita pela Associação Comercial e Industrial de Toledo.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Toledo, vem mui respeitosamente, expor o que abaixo se segue e solicitar-lhe os bons ofícios no sentido de serem tomadas as providências sugeridas ou outras que a critério o caso venha a exigir.

Toledo, como outras comunas oestinas, é município onde o trabalho ordeiro de sua gente, dedicada esta à faina da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e de outros misteres, constitui a viga mestre de um progresso sócio-econômico de elevado destaque no desenvolvimento do Paraná e do próprio Brasil.

Na execução desse trabalho, o automóvel, que para outras regiões talvez seja artigo de luxo, se torna para o toledano, como para o oestino em geral instrumento imprescindível

à ligação entre os diversos setores da economia local e regional, de tal sorte que, se porventura viesse ele a faltar para a maioria dos homens de trabalho, o colapso da economia se daria a muito curto e surpreendente prazo.

Ocorre que nossa localização, numa faixa de fronteira com o Paraguai, transforma todo o oeste em palco de atividades das quadrilhas de assaltantes que, além de roubarem veículos para os levarem facilmente ao país vizinho, ainda ceifam a vida de taxistas e outros condutores de veículos deixando-lhes os familiares na orfandade ou na viuvez e a sociedade alarmada e intraquã. A imprensa vive cheia de notícias que atestam a triste realidade de tal violência em nossa região.

Vale esclarecer que os roubos e assaltos não ocorrem apenas com automóveis de passeio, mas também com caminhões e até ônibus, todos esses veículos destinados à venda no Paraguai, onde segundo parece, trafegam mais veículos roubados no Brasil, do que os importados legalmente do nosso e de outros países.

A situação é de tal maneira insegura, que o brasileiro, proprietário de carro roubado, poderá encontrá-lo e identificá-lo no Paraguai, transitando livre e tranqüilamente, mas reavê-lo e conduzir de volta ao Brasil, só se for por milagre, uma vez que não encontra para quem apelar.

O combate ao crime, que pela repressão, que pelas medidas preventivas, a cargo da polícia brasileira e de outras autoridades, não têm sido feito entre nós com a desejada eficiência, dada a notória falta de pessoal, de meios e recursos necessários, a começar pela gasolina indispensável à locomoção dos poucos agentes de segurança - os próprios Delegados de Polícia chegam a declarar isso perante a imprensa.

Esta angustiosa situação gera, assim, um verdadeiro paradoxo em faixa de fronteira considerada de segurança nacional, onde nem a segurança individual do cidadão, cidadão aliás, que trabalha e paga seus impostos, nem a segurança individual desse cidadão o Estado pode garantir.

Mas, ou o Estado encontra meios de assegurar a tranqüilidade das classes obreiras desta região, abrigando-as da ação nefasta e violenta dos meliantes, ou tais classes se verão da contingência de cruzar os braços ao labor e fugir da própria vida social da região.

Entendemos que, por seu vulto e complexidade, problema tão grave como este transcende às modestíssimas atividades de um simples Delegado da Polícia de município do oeste ou mesmo de uma autoridade com jurisdição regional que não disponha, em quantidade e qualidade, dos mais modernos meios de repressão ao crime.

Diante disso, esta Associação vem sugerir uma ação conjunta das autoridades brasileiras, especialmente o Ministério da Justiça e as Secretarias da Segurança dos Estados limítrofes com o Paraguai, mais as autoridades desse vizinho país irmão, de sorte que a repressão ao roubo de veículos, ao lenocínio e outros crimes ora praticados na fronteira, e em função da fronteira, seja a mais eficiente possível."

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de TELEX aos senhores: Antônio Delfim Neto, Ministro do Planejamento; Amaury Ângelo Stabile, Ministro da Agricultura e Carlos Viacava, Secretário Especial de Abastecimento e Preços, sugerindo a criação do subsídio sobre o leite, em pelo menos cinquenta por cento, com repasse para o produtor ou para as indústrias, única maneira de baratear o preço do produto.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Segundo comentários, o Governo deverá acabar com os leites tipo "B" e "C", permanecendo apenas o Leite Tipo Especial ao preço de Cr\$ 19,00 o litro, para o consumidor.

É evidente que tal medida diminuirá o consumo e conseqüentemente aumentará o índice de mortalidade infantil, pois o leite é um produto insubstituível e a subnutrição infantil é irreversível.

Entendemos que o Governo poderia subsidiar parte dos custos.

Um subsídio de cinquenta por cento, por exemplo, com repasse para o próprio produtor ou então para as indústrias, seria uma medida coerente e o leite poderia ser vendido a preços mais baixos.

Se medidas não forem tomadas, o Governo será responsabilizado pelo aumento da mortalidade infantil, pois o problema é sério e de conseqüências imprevisíveis.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos novamente com um requerimento de nossa autoria, com referência a mistura do álcool na gasolina. Nas sessões passadas, o ilustre Deputado Deni Schwartz e o ilustre Deputado Fidelcino Tolentino talvez não entenderam o nosso pensamento. Daí o novo requerimento, esclarecendo melhor o nosso pensamento. (Lê):

"Senhor Presidente:

CONSIDERANDO:

1. que a indústria automobilística brasileira já vem colocando no mercado interno veículos movidos exclusivamente a álcool;

2. que no País já existem inúmeras retíficas autorizadas a promoverem a conversão dos motores movidos a gasolina para funcionarem a álcool;

3. que inúmeros postos de atendimento foram autorizados a comercializarem álcool, estrategicamente localizados, e que para o corrente ano serão abertos em todo o País, cerca de 2.000 bombas para distribuírem o produto a ser consumido por veículos auto-motores;

4. que atualmente a gasolina vendida contém vinte por cento de mistura de álcool e que vem ocasionando sérios transtornos aos proprietários de automóveis, tais como: problemas com o reservatório de combustível; problemas com a bomba; problemas com a carburação; redução da vida útil do motor, pois os carros atuais não foram projetados para funcionarem com essa mistura de combustível, provocando prejuízos, pois os veículos necessitam mais gasolina, pois o combustível advindo com a mistura com o álcool reduz a quilometragem por litro;

5. que o combustível comercializado hoje, contendo a mistura de vinte por cento de álcool, não tem seu preço corrigido em função da média de custos, pois sabemos que o álcool custa Cr\$ 11,40 o litro e é vendido na mistura com a gasolina a Cr\$ 26,00 o litro, constituindo-se numa verdadeira burla para o consumidor.

REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro das Minas e Energia, solicitando:

a) - a imediata retirada da mistura de álcool da gasolina, porquanto com as últimas medidas tomadas pelo Governo Federal no setor energético e com o desenvolvimento do Plano Nacional do Álcool, torna-se dispensável tal mistura, o que seguramente virá acabar com grande parte dos proble-

mas mecânicos nos veículos, sem contudo prejudicar a política governamental em relação ao consumo de derivados de petróleo;

b) - a instalação de bombas de combustíveis para comercializarem gasolina pura, ao preço vigente e a instalação de bombas para comercializarem o combustível advindo da mistura com o álcool, na razão de vinte por cento, ao preço médio, levando-se em conta que o álcool custa bem menos que a gasolina.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1980

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

As medidas solicitadas, no presente requerimento, têm por objetivo resguardar os interesses do povo brasileiro, consumidores de derivados de petróleo, bem como os consumidores de álcool hidratado.

Com a adoção das medidas acima, cremos que não haverá qualquer interferência na política relativa ao petróleo, bem como não acarretará em aumento do consumo de derivados, não importando em aumento da importação, pois o consumo da gasolina pura será insignificante, em função da redução do custo para o consumidor do combustível misturado à base de vinte por cento de álcool.

Por outro lado, virá ao encontro da política do governo com base no incentivo do aumento do consumo de álcool, pois a indústria automobilística está colocando no mercado veículos movidos exclusivamente a álcool, cujos financiamentos vão até 36 meses, para carros novos, com entrada mínima de vinte por cento e os financiamentos para veículos usados vão até 24 meses, com entrada mínima de trinta por cento. Outro fator que vem incentivar a comercialização de veículos movidos a álcool é o fato de que a T.R.U. é reduzida em cinquenta por cento em relação aos veículos movidos a gasolina.

Por estes motivos, acreditamos viáveis tais medidas que não têm por objetivo senão contribuir com a política do governo e preservar os interesses do povo brasileiro."

Conclamo aos Srs. Deputados que aproveem o nosso requerimento. Ele é da maior boa intenção, não estamos procurando a importação de mais petróleo. Talvez eu não fosse entendido pelos ilustres colegas. É uma sugestão que vai ao Sr. Ministro das Minas e Energia que, naturalmente, irá estudar com carinho. Se não houver possibilidade agora, talvez tenha pena do povo brasileiro e tome providências para que, no futuro, termine com isto.

Não podemos usar gasolina e pagar o álcool misturado com a gasolina, ao preço da gasolina.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios às autoridades abaixo relacionadas:

Excelentíssimo Senhor Doutor Ernani Galvêas, digníssimo Ministro da Fazenda;

Excelentíssimo Senhor Doutor Waldyr Arcoverde, digníssimo Ministro da Saúde;

Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Delfin Neto, digníssimo Ministro do Planejamento.

Solicitando que sejam tomadas medidas acauteladoras para as farmácias, quanto ao fornecimento de medicamentos através das distribuidoras que retêm para si, de 10 a 20 por

cento dos preços tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1.980.

CYRO MARTINS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o CIP — Conselho Interministerial de Preços — os laboratórios fornecem às farmácias os produtos com desconto de 30%, cabendo a estas um lucro que gira em torno de 14%, excluindo as despesas do comércio que somam 16%.

A compra dos medicamentos é feita diretamente dos laboratórios ou através das firmas distribuidoras.

A aquisição pelos laboratórios é realizada através de seus representantes em intervalos médios de 60 dias. Para a complementação do estoque dentro deste intervalo, as distribuidoras oferecem os medicamentos, a maioria dos quais, reservando a margem de 30%, pois, recebem um desconto diretamente dos laboratórios.

No entanto, há laboratórios que não dão os descontos às distribuidoras, e estas na venda dos produtos às farmácias, tiram dos 30% que lhes são destinados, parcelas que variam entre 10 e 20% do preço, motivando a ausência de lucro e em certos medicamentos, ocasionando até prejuízos.

Segundo o Presidente dos Farmacêuticos de Ponta Grossa, Dr. Felix Maravieski e o Dr. Herculano Lisboa, entre os laboratórios que não dão desconto para as distribuidoras, estão:

Roche, Rhodia, Farmasa, Acheb, Warner, Park Davis, Fontoura Whit, Brasco, Bicham, Lepetit, Merrel, Pfizer, Sandoz, Johnson, entre outros.

Para manter o estoque necessário ao atendimento dos clientes, sem elevação do capital de giro, pois, acarretaria despesas bancárias além das possibilidades comerciais, as farmácias recorrem ao fornecimento das distribuidoras, de cujo desempenho não podem prescindir.

Justifica-se o requerimento na consideração das causas sociais e humanas nos postos de medicamentos colocados à disposição do povo brasileiro, ser da mais alta reflexão das autoridades federais, merecendo sua atenção na tomada de medidas compatíveis, para a garantia do fornecimento normal dos produtos e na obediência à Tabela de Preços fixada pelo CIP."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidélino Tolentino. (Pausa)

Estando ausente o nobre Deputado, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados, (Lendo):

"O Governo começa engatilhar, nos escuros porões da incompetência, mais um crime contra a economia popular.

Assim que o Sr. Carlos Viacava estalar os dedos, os mágicos do grande circo das decisões impopulares, iniciam um novo ato.

Temos hoje no Brasil três tipos de leite:

- a) Leite Tipo "C" - 2% de gordura
Produtor recebe Cr\$ - 8,75
Consumidor paga Cr\$ - 12,00
- b) Leite Tipo Especial
Produtor Cr\$ - 13,00
Consumidor Cr\$ - 19,00
- c) Leite Tipo "B"

Preço ao produtor (á combinar)

Consumidor Cr\$ 21,00 a 22,50 litro.

Ocorre que o Governo está propenso a acabar com o leite tipo "C" e com o tipo "B", ficando apenas o leite tipo Especial, denominado de "Leite Viacava", que custará ao consumidor, Cr\$ 19,00 o litro.

Seria redundância dizer que a população estará proibida de beber leite. A exemplo da carne, do arroz, do feijão e do óleo, também o leite vai para a prateleira dos "artigos de luxo".

Todos sabem que a subnutrição infantil é irreversível. As estatísticas mostram que o Brasil possui uma das maiores taxas de mortalidade infantil do mundo. Em cada 1.000 crianças que nascem, 150 não passam de um ano de vida. Os nutricionistas apontam o leite como alimento básico e insubstituível. A falta do leite acarreta uma série de problemas no desenvolvimento físico e mental da criança.

No Brasil tudo é diferente. É o único País do mundo em que a população tem, à disposição, três tipos de leite: B, C e ESPECIAL. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, leite é leite. Nos países desenvolvidos o leite, além de permanecer com a gordura natural ainda é enriquecido com vitamina D. No Brasil, um país de 50 milhões de subnutridos, o leite é empobrecido, pois a gordura é retirada e as nossas crianças tomam, na verdade, "água branca".

Quando um Governo contribui para aumentar o índice de mortalidade infantil, é o fim. O Governo, agindo assim, torna-se o verdadeiro "Mão Branca", pois tabelando um único tipo de leite a Cr\$ 19,00, fatalmente contribuirá para aumentar a subnutrição e conseqüentemente o número de pequenas cruzeiras brancas neste imenso cemitério a que estão transformando o Brasil.

O Governo alega que o aumento no preço é necessário para que a qualidade do produto seja superior.

Ora, todos sabemos que não existe a mínima possibilidade de fiscalizar as fontes fornecedoras. Quem garante que o consumidor ao comprar o Leite Especial a Cr\$ 19,00, não estará levando para casa o mesmo leite de qualidade inferior? Quais os critérios que o Governo adota para rotular tipos e qualidades?

Os pequenos produtores não têm condições financeiras para melhorar a sua estrutura e conseqüentemente produzir um leite de melhor qualidade.

Quem pode afirmar que, sendo um leite tipo Especial, ele estará livre de contaminação? Será que de uma hora para outra, como num passe de mágica, o Governo terá condições de exigir um leite não contaminado pela brucelose, tuberculose, sem mistura de água e urina?

Por trás de tudo, as Multinacionais estão manobrando. A Nestré, por exemplo. Não seria ela favorecida com a fixação de um tipo de leite a preços tão altos? Caindo o consumo, em função do preço, essas empresas não teriam mais leite para os derivados, como iogurte, Sorvete, Manteiga.

Num dos últimos pronunciamentos o Presidente João Figueiredo dizia que o Governo está aberto para receber sugestões e soluções dos partidos de oposição. Mas não é de hoje que a Oposição vem alertando, principalmente o MDB, hoje o PMDB.

PARA O LEITE, SÓ MESMO O SUBSÍDIO.

O Governo poderia subsidiar parte dos custos, com repasse para o produtor ou para a indústria. Um subsídio de 50% (cinquenta por cento) favoreceria enormemente a população. Em alguns países da Europa o leite é totalmente subsidiado pelo Governo.

Aqui no Brasil quando se fala em subsídio, a resposta vem de pronto: não há recursos. Mas é preciso encontrar uma solução, caso contrário o Governo será responsabilizado

pelo aumento da mortalidade infantil. Problema tão agudo como o do leite não se pode contornar, ladear, é preciso enfrentar.

A mortalidade é um campeonato cuja taça de primeiro lugar não nos interessa. Temos o maior estádio do mundo; a maior dívida externa do mundo; teremos a maior hidrelétrica do mundo. E estamos caminhando para outro recorde: o maior índice de mortalidade infantil do mundo. Se o Governo não tomar medidas enérgicas e eficientes a Taça virá para cá, pois pelas estatísticas já somos o terceiro do mundo."

Em função desse problema, Sr. Presidente, concluo, estamos requerendo o envio de um telex aos Ministros do Planejamento e da Agricultura e ao Secretário Especial de Abastecimento e Preços, sugerindo a criação de subsídio para o leite, em pelo menos, 50%, com repasse para o produtor ou para as indústrias, única maneira de baratear o preço do produto.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A política do avestruz continua no Brasil.

Enquanto milhares de professores entram em greve, em Minas, enquanto são presos líderes sindicais, enquanto agricultores reclamam melhores preços, a classe política parece que esconde a sua cabecinha, como faz o avestruz, quando a tempestade se aproxima.

Os indícios estão claros: o General Andrada Serpa denuncia a ação das multinacionais, e é demitido; mas o General Milton Tavares elogia o sistema e critica os líderes sindicais, que seriam assessorados por comunistas, e continua sendo o comandante do 2º Exército.

Srs. Deputados, nós estamos ultrapassados pelos fatos, pelo tempo e até pelo espaço. Agora é moda chamar os padres de comunistas, assim como já se chamou Cristo, também, provavelmente, de um outro "ista", quando ele passou pela terra.

E eu vim a esta tribuna para ler, na íntegra, a nota oficial que a Presidência da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — ontem, deu à Nação, nota esta que talvez seja o documento mais incisivo já feito não só pela Igreja, mas, inclusive, pelos políticos, e até mesmo pelos militares.

Leio a sua Nota Oficial que só parcialmente foi reproduzida na imprensa, e seus melhores e seus mais incisivos trechos ou sofreram uma censura oficial, ou a censura econômica dos donos da imprensa: (Lê).

"A crise social que o Brasil vem atravessando criou uma situação grave, que preocupa a todos. Através de sua hierarquia local, vivendo de perto o desenrolar dos acontecimentos a Igreja tomou posição, sem compromissos com partidos. Seu posicionamento despertou reações escandalizadas naqueles que desconhecem ou se recusam a reconhecer aquilo que de fato está em jogo nesta crise.

Os autênticos líderes operários sempre repudiaram manobras de infiltração dos interessados em manipular o povo para objetivos estranhos à própria consciência popular e ao amor para com a Pátria.

Não está em jogo apenas o índice de produtividade, o piso salarial e a estabilidade que, em outro contexto, seriam objeto de negociações, sem o recurso à violência. O que está em jogo na crise é a própria organização dos mecanismos da política social do País.

A verdade é que até agora ela foi outorgada na me-

dida em que aliviava tensões, sem afetar os verdadeiros árbitros das concessões. Agora acontece um fato novo que é simplesmente este: as centenas de milhares daqueles que são afetados pela política social, querem participar das decisões que atingem diretamente sua vida, seu trabalho, sua família. Não querem impor, desejam negociar, querem participar, porque já compreenderam a inconsistência de uma política de concessões feitas em resposta a conflito de altos custos sociais.

A pretensão é justa. É exigência elementar de uma democracia que se pretende não só política mas social e econômica.

Se a pretensão é justa, não há motivos para escândalos se a Igreja dá o seu apoio. Se a pretensão é justa, não há grandeza em pretender opor à justiça, uma duvidosa legalidade. Para além de uma legalidade formal, é preciso sempre visar os imperativos da justiça. Os operários aprenderam no sofrimento que infelizmente a legalidade não é igual para todos. Eles sabem dos subornos, dos repasses secretos de custos ao consumidor, da captação de recursos e subsídios para minorias, para os favores do empreguismo e a ostentação das mordomias.

A Igreja ama sinceramente a todos, mas odeia a injustiça, a hipocrisia.

Nos momentos de intensa turbulência, a solução é ganhar altura. Na crise atual, ganhar altura significa o caminhar para um pacto social que respeite a dignidade e aceite a participação do povo nas decisões que são vitais para a Nação. A paz só é possível com justiça e a justiça se consolida pela participação. Só um povo que participa é capaz de aceitar com dignidade os sacrifícios para o bem comum, antes que esses sacrifícios se tornem intoleráveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha passagem na tribuna, hoje, é apenas para agradecer a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado que, por intermédio da Secretaria dos Transportes e da EMOPAR, entregou ao Prefeito de Jaguariaíva um cheque do valor de 800 mil cruzeiros, para ser aplicado no terminal rodoviário de pequeno porte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vemos Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga aplicando dinheiro do povo em benefício do próprio povo, não poderíamos deixar de agradecer, de público, a esse grande paranaense que perfeitamente entrosado com as comunas, com as prefeituras, procura carrear benefícios indistintamente.

Jaguariaíva, hoje, é uma das cidades polo do Norte Pioneiro. E acaba de ser contemplada com a importância de 800 mil cruzeiros, por um convênio firmado entre Prefeitura, Secretaria de Transportes, com autorização de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de nossa obrigação vir a esta tribuna para dizer ao povo do Paraná que Ney Braga continua o seu trabalho aplicando, em benefício do povo, o dinheiro muitas vezes carreado das esferas federais. Trazendo, principalmente para as pequenas comunas, o dinheiro necessário para realização de obras de infra-estrutura.

E é neste instante tumultuado em que vive o nosso País, com uma inflação galopante, vemos o nosso Governador distribuir verbas, corajosamente, para as prefeituras.

Por esse motivo, queria render as minhas homenagens e os agradecimentos do Norte Pioneiro pela aplicação desse dinheiro numa cidade, dinheiro este que vai reverter em benefício de todo o Norte Pioneiro.

Muito obrigado, Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado, Sr. Secretário dos Transportes.

Muito obrigado, Sr. Diretor da EMOPAR, que, hoje, nos deu a satisfação de entregar este cheque para que fosse, por intermédio do Prefeito Albano Ferreira de Barros, aplicado na cidade de Jaguariaíva, num terminal rodoviário que já está quase concluído.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho para mim que as próprias instituições que são eternas, duradouras e que acompanham as civilizações, ao longo da História, estão cruzando a vereda da maior confusão.

E por mais que este, ou outros parlamentos, busquem o fortalecimento dessas instituições, tanto mais elas se corrompem, tanto mais elas se distanciam da realidade.

Vê-se na sociedade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o reflexo desse tão combatido modelo econômico, mola mestre de todas as distorções no meio social, é o aumento da criminalidade, entre essas instituições decadentes, claudicantes e que se distanciam todos os dias, numa distância quilométrica da realidade, está o aparelho policial, a organização da segurança.

Por mais que a segurança se vincule a esse estado elitista, por mais que a segurança busque fazer repressão política, se esquece do objetivo maior que é trazer a segurança e a tranquilidade às famílias, que constituem a célula mais importante da sociedade.

E aqui mesmo nesta Assembléia, há mais de um mês ou precisamente no dia 8 de março, formulávamos um apelo às autoridades constituídas, ao Secretário de Segurança, principalmente, ao Prefeito Municipal e à Câmara de Curitiba, para que pusessem paradeiro numa casa de danças no Boqueirão, porque lá, afrontando as famílias, está criando desassossego durante noites à dentro. A polícia estava ali, frequentemente, provavelmente até para dividir a renda daquele movimento noturno, como só acontece por este Paraná e por este Brasil afora, e por mais que tenhamos feito apelo desta tribuna, para resguardar a integridade física da vizinhança, a integridade moral daqueles moradores, alertando inclusive, para a iminência de fatos que poderiam culminar com a morte de pessoas ali residentes naquelas vizinhanças, nada foi feito.

Esse requerimento, claudicou na mesa desta Assembléia, por vários dias. Por obstrução da liderança do Governo ou do Partido do Governo. E, o que ocorreu, Sr. Presidente? Os jornais estampam a manchete de violento tiroteio em frente daquele chamado restaurante noturno, restaurante dançante, com a morte de uma das pessoas residentes próximo daquela sociedade.

Enquanto nós vivermos, Sr. Presidente, à mercê de instituições que não têm mais razão de ser, que só têm uma função política neste País, nós haveremos de ver a sociedade, distanciada da proteção, que é um direito constitucional e é por isso, Sr. Presidente, que venho aqui desta tribuna, responsabilizar as autoridades, sobretudo as autoridades policiais quem sabe até envolvidas neste episódio, conforme retratam os jornais de ontem.

É preciso que haja, antes de tudo, Sr. Presidente, dignidade, no exercício da função pública, e responsabilidade daqueles que detêm o poder e a direção da segurança do Estado e das pessoas. Haveremos de voltar a esta tribuna,

Sr. Presidente, se providências não forem tomadas, para tranquilidade daqueles moradores e para assegurar a tranquilidade pública e a paz pública, durante o repouso noturno.

Muito obrigado. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich. Antes porém, a Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário do Sr. Airton Fogaz, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso objetivo é de trazer, pela Liderança, a solidariedade aos Metalúrgicos da greve e repúdio à violência contra operário.

E antes de tudo, passaremos a ler o manifesto elaborado e subscrito por mais de 50 entidades do Estado do Paraná.

Diz o manifesto:

“As intervenções do Governo Federal no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Santo André, em São Paulo;

O afastamento e cassação dos dirigentes daqueles dois Sindicatos, por ato do Ministro do Trabalho;

A prisão dos dirigentes sindicais, trabalhadores, membros da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, jornalistas e outras personalidades do movimento popular;

A proibição da realização de assembléias dos trabalhadores em estádios, praças públicas e Paço Municipal, em Santo André e São Bernardo do Campo;

e todos os atos de violência e de repressão que têm sido desencadeados contra os metalúrgicos paulistas, para forçá-los a desistir da greve por melhores condições de vida e trabalho,

merecem o repúdio de todos os que desejam um Brasil democrático e livre, uma sociedade em que não existam a exploração e a opressão.

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e assinada pelo Governo do Brasil, proclama:

— TODO INDIVÍDUO TEM DIREITO A VIDA, A LIBERDADE E A SEGURANÇA DE SUA PESSOA;

— NINGUÉM PODERÁ SER ARBITRARIAMENTE DETIDO, PRESO NEM DESTERRADO.

— TODA PESSOA TEM DIREITO À LIBERDADE DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO PACÍFICA.

— TODA PESSOA TEM DIREITO A FUNDAR SINDICATOS E A SINDICALIZAR-SE PARA A DEFESA DE SEUS INTERESSES.

— TODA PESSOA QUE TRABALHA TEM DIREITO A UMA REMUNERAÇÃO EQUITATIVA E SATISFATÓRIA, QUE LHE ASSEGURE, ASSIM COMO A SUA FAMÍLIA, UMA EXISTÊNCIA CONFORME A DIGNIDADE HUMANA E QUE SERÁ COMPLETADA, EM CASO NECESSÁRIO, POR QUAISQUER OUTROS MEIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.

Dentro desses princípios, entendemos que deve ser assegurada a ampla liberdade sindical e o amplo direito de greve aos trabalhadores e que as suas reivindicações por melhores salários e melhores condições de trabalho e de vida devem ser atendidas.

Esses direitos e garantias são necessários ao desenvolvimento de nosso país, para estabelecimento de uma sociedade democrática, justa, igualitária e fraterna.

Para o respeito a esses direitos consagrados em todo o mundo e que devem ser garantidos pelo Governo Federal

e para manifestar nossa solidariedade aos trabalhadores em greve e repudiar os atos de intervenção, prisão e proibição, reunião dos operários metalúrgicos de São Paulo, as entidades que assinam este manifesto, conclama a todos para comparecer ao

ATO PÚBLICO DE SOLIDARIEDADE, DIA 24 DE ABRIL, 5ª FEIRA, 18,00 HORAS, NA AVENIDA LUIZ XAVIER, DEFRENTE A PRAÇA OSÓRIO.

PELO AMPLO DIREITO DE GREVE E LIBERDADE SINDICAL.

PELA ESTABILIDADE NO EMPREGO.

CONTRA O ARROCHO SALARIAL.

REPÚDIO A INTERVENÇÃO NOS SINDICATOS DO ABC DE (SÃO PAULO).

PELA LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES PRESOS.

Curitiba, 21 de abril de 1.980.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DO COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC E QUE ASSINAM O MANIFESTO DE CONVOCAÇÃO DO ATO PÚBLICO DE 24 DE ABRIL DE 1.980.

- 1 Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos de Bairros de Curitiba.
- 2 Associação de Moradores e Amigos da Vila Formosa
- 3 Associação dos Moradores e Amigos da Vila Araça
- 4 Associação dos Moradores e Amigos da Cidade Industrial de Curitiba.
- 5 Associação dos Moradores e Amigos da Vila São Carlos
- 6 Associação dos Moradores e Amigos da Vila N. Sra das Graças, Rio Negro e Celeste.
- 7 Associação dos Moradores e Amigos da Vila Pompéia
- 8 Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tatuquara
- 9 Associação dos Moradores e Amigos do Parque Industrial
- 10 Associação dos Moradores e Amigos da Vila Santa Helena.
- 11 Associação dos Moradores e Amigos da Vila Guaraituba.
- 12 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.
- 13 Sindicato dos Arrumadores de Curitiba.
- 14 Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Curitiba.
- 15 Associação Paranaense dos Professores.
- 16 Associação dos Professores Licenciados do Paraná.
- 17 Conselho de Representantes dos Professores do Paraná.
- 18 Associação do Magistério Municipal de Curitiba.
- 19 Associação Paranaense dos Médicos Residentes.
- 20 Associação Paranaense de Processamento de Dados.
- 21 Clube da Criação (Associação dos Publicitários).
- 22 Sociedade Paranaense de Sociologia.
- 23 Associação Paranaense de História.
- 24 Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas.
- 25 Associação de Estudos Educacionais.
- 26 Associação de Teatro Infantil de Curitiba.
- 27 Comitê Brasileiro pela Anistia-Curitiba.
- 28 Comissão Pastoral da Terra.
- 29 Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente.
- 30 Associação Nacional de Apoio ao Índio-Paraná.
- 31 Jornal O Companheiro.
- 32 Jornal Tribunal da Luta Operária.
- 33 Jornal Hora do Povo.
- 34 Jornal Correio Sindical de Unidade.
- 35 Jornal O Trabalho.
- 36 Jornal Voz da Unidade.
- 37 Diretório Central dos Estudantes - UFPr.

- 38 União Paranaense dos Estudantes (UPES) - 1º / 2º Graus.
- 39 Diretório Acadêmico do Centro de Teologia e Ciências Humanas - UCPr.
- 40 Diretório Acadêmico de Ciências da Saúde (DASCISA) UFPR.
- 41 Diretório Acadêmico Anísio Teixeira (DAAT) UFPr.
- 42 DAST.
- 43 Núcleo de Estudos de Ciências Sociais - UFPr.
- 44 DARPP - Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná-UFPr.
- 45 Oposição Sindical Metalúrgica do Paraná.
- 46 Partido dos Trabalhadores (PT) - Paraná.
- 47 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - Paraná.
- 48 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - Paraná.
- 49 Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Curitiba.
- 50 Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Paraná.
- 51 Bancada dos Vereadores do PMDB em Curitiba.
- 52 Núcleo de Filosofia da UFPR.
- 53 Comissão de Justiça e Paz.
- 54 Pastoral Operária.
- 55 APVAEP Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes.
- 56 Igreja Presbiteriana.

Pela Igreja Presbiteriana e diversas outras entidades, que dão um total de 57 diretórios, entidades, partidos políticos e movimentos populares subscritores do Manifesto que acabamos de ler.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fora a subscrição de quase 60 organismos que atuam na atividade paranaense em vários segmentos comunitários, nós ainda temos moções de apoio aos metalúrgicos paulistas assinados pela União Paranaense de Estudantes; Pela União Gaúcha de Estudantes Secundários; pela Associação Cascavelense de Estudantes Secundários; pelas Entidades de Campo Mourão, Maringá, Cambé, Foz do Iguaçu, Capanema, Medianeira, Santo Antonio do Sudoeste, Guarapuava, Curitiba, Ijuí, São Gabriel, Caxias, Caçapava do Sul, Santa Maria, Rio Grande, Alvorada, Santo Ângelo, Panambi, Passo Fundo, Alegrete, Porto Alegre e outras Entidades.

E ainda acaba de vir mais uma moção de repúdio, do Conselho de Entidades Pró-Recriação da União Paranaense de Estudantes, o setor Universitário em organização no Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que esta Assembléia Legislativa com satisfação vê também o requerimento de Deputados do PMDB e também de um Deputado do PDS, no sentido de conchamar o Governo Federal para que, de uma vez por todas, assuma a abertura política também no setor trabalhista, fazendo com que cheguem até o ABC paulista a liberdade sindical e o direito de greve e imediatamente sejam levantadas as intervenções, bem como os enquadramentos de líderes sindicais, de religiosos e de outras pessoas que lá estavam participando do movimento, incursões na lei de Segurança Nacional.

Este é um chamamento importante, a todos os políticos do Estado, e como acabou de dizer o Deputado Deni Schwartz, não permaneçamos como a avestruz ante o perigo, e se tome uma posição clara e objetiva como o fez ontem mesmo a Igreja, através da nota extremamente contundente mas também profundamente clara da C.N.B.B. Só através de atitudes deste tipo, como as que tomaram quase 60 agrupamentos associativistas do nosso Estado é que nós poderemos exigir que o Governo respeite a liberdade sindical, o direito constitucional de se reunir em Sindicatos e principalmente respeite aquilo que ele subscreveu através da Assembléia das Nações Unidas, quando na Declaração dos Direitos Humanos assumiu um compromisso perante todo

o palco das Nações do Mundo de respeitar a liberdade individual, como também dar segurança às pessoas; de não prender arbitrariamente alguém, que assumiu perante todos os povos do mundo a responsabilidade de dar o direito, a liberdade de reunião em associação pacífica e dizendo que toda a pessoa tem direito a fundar Sindicatos e sindicalizar-se em defesa dos seus interesses.

E ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo que subscreve a declaração Universal dos Direitos do Homem aprovado por Assembléia das Organizações das Nações Unidas é o primeiro a rasgar aquilo que assina, a não cumprir com o que afirmou e portanto desassistidamente jogar as classes trabalhadoras a uma situação de tensão que gera a intranquilidade em todo o País. É nesse sentido que exatamente cabe convocar todos os patriotas brasileiros aos democratas que possamos repelir quaisquer tendências de excepcionalidade e casuismo. O retrocesso interessa a alguém neste País, efetivamente a muita gente com interesse e com vontade, pretendendo fazer com que os acontecimentos do ABC sirvam de uma cortina e cobrir o verdadeiro câncer social que está na falta de justiça aos trabalhadores neste País. E aqueles que têm interesse na manutenção do "status quo", na permanência da atual situação, do atual modelo econômico, social, político e cultural, é que também estão interessados em possíveis retrocessos, em intervenções, em estados de emergência, porque querem calar, pela força, a consciência daqueles que hoje conseguem se rebelar ante as gravíssimas injustiças em que foram colocados.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos cabe convocar a Assembléia Legislativa do Estado, os Deputados de todos os partidos, para que compareçam amanhã, às dezoito horas, defronte à Praça Osório, na Avenida Luiz Xavier, quando far-se-á um ato público de solidariedade e de repúdio à violência contra os operários.

Não se pode assistir, de maneira passiva e omissa, ao que vem ocorrendo neste País sob pena de, mais cedo ou mais tarde, nós termos que assistir, com toda a certeza, a insegurança a conviver com todos e a viabilizar os nossos dias vindouros.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o assunto, que Vossa Excelência traz a esta tribuna, é de suma gravidade. Em pleno período em que se acena com aberturas, exatamente o contrário vem ocorrendo em São Paulo. Exatamente contra aquele setor de trabalhadores brasileiros mais conscientes da nossa Nação. Tão conscientes que souberam suportar com paciência, com tranquilidade e dentro da ordem, as provocações seguidas que lhes foram feitas enquanto estavam reunidos em assembléias e manifestações.

Provocações que eram feitas exatamente para justificar uma medida mais violenta por parte dos órgãos de repressão.

Apesar desta consciência, desta firmeza, em que se organizavam, em que se reuniam em assembléias, não foram respeitados; porque as prisões estão aí, as pancadarias ocorreram e tanto é, que se não fosse a Igreja, que hoje assume um papel importante de testemunho evangélico e libertador ao lado da classe oprimida do povo brasileiro, a ceder os seus pavilhões, as suas dependências e os próprios santuários para que pudessem se abrigar, talvez as consequências teriam sido maiores.

Mas o mais grave de tudo, é que continua havendo em São Paulo, cerceamento, continua havendo, em São Paulo, repressão, no sentido de evitar que chegue às mãos daqueles valorosos e combatentes operários, que estão nada mais do que reivindicando os seus direitos, os auxílios em termos de

alimento, as ajudas que estão sendo arrecadadas para que possam continuar mantendo-se firmes na luta e direito de reivindicação, está havendo uma série de boicotes neste sentido.

Ruas são fechadas, são interditadas. Pessoas que vão levar seus donativos até lá são impedidas, os que tinham em mãos, os comitês, o fundo de greve, foram presos, tiveram que rapidamente se desfazer da Caixa Econômica ou da caixa onde tinha os donativos para que estes não fossem recolhidos pela polícia, e uma série de arbitrariedades que nos contam os jornais e o testemunho de outras pessoas.

Nota-se, aí, que, apesar de falarmos em abertura, o Governo continua com o "coringa" da repressão na mão. O aparelho de repressão montado nestes 16 anos, está dando demonstração firme de que não está disposto a abrir mão. A Lei de Segurança Nacional está aí. A CLT, hoje de manhã, em depoimento na Comissão da Cooperativa, e num aparte do nobre Deputado Lázaro Dumont, digno representante dos trabalhadores da agricultura, criticava a CLT, como um dos maiores órgãos de repressão ainda presente, ainda vivo, dentro desse regime que se coloca flagrantemente ao lado do capital, e, pior, do capital estrangeiro; e, flagrantemente ao encontro do trabalhador, aquele que é responsável último e primeiro do progresso de toda e qualquer Nação e de nosso povo. Portanto, são lamentáveis esses fatos, eles caracterizam de que a abertura, realmente não nos deve enganar, como já dizia o Deputado Waldyr Pugliesi, em outra ocasião: "Ninguém nos engana com essa abertura". Porque os fatos concretos estão aí, a dizer de que essa abertura tem apenas um único objetivo: enganar o povo e perpetuar e continuar a ditadura, agora disfarçada, o que é pior, porque a meia verdade, o disfarce engana muito melhor.

Nobre Deputado, acredito que o episódio de São Paulo realmente vem mostrar no dia-a-dia da vida brasileira, a verdadeira situação de exceção, de regime de força, que ainda estamos submetidos, ainda estamos vivendo.

Muito haverá de ser feito, ainda, pelas igrejas, pelas classes trabalhadoras unidas, para uma autêntica libertação desta Pátria. Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte. Sempre é um prazer assim proceder, porque passamos a ter engrandecida a nossa modesta palavra.

Mas, mais do que nunca, o episódio atual do ABC prova que não há mais condições da coexistência, nem a médio e longo prazo, desse sistema que diz e proclama intenções democráticas, mas que mantém o espírito totalitário de leis como a Lei de Segurança Nacional.

Essa coexistência é absolutamente inviável e impossível, e por isso, é que o próprio sistema está começando a, frontalmente, visualizar o seu fim, porque lhe falta qualquer apoio popular, pois setores de sustentação como o de 64, como da própria Igreja, saiu às ruas com a Marcha com Deus pela Família e Liberdade, nós bem vemos hoje, a Igreja de posição clara, extremamente agressiva, mas consciente, para poder até recuperar o seu conceito histórico que fraldou em 1.964.

Com um aparte o Deputado Mário Celso, membro do PTB, que é um dos subscritores desse manifesto à Comunidade Paranaense.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Posteriormente, solicitaria a Vossa Excelência um aparte.

O Sr. Mário Celso — Muito obrigado pela concessão do aparte, ilustre parlamentar da Oposição. Nós gostaríamos de dizer que realmente estamos participando ativamente. Quando digo "estamos", é o PTB, através de ações com

incentivo, com apoio moral, espiritual e financeiro. E estamos acompanhando com muita atenção, porque este movimento, este episódio, está refletindo o que é o Brasil de hoje: a "caricata democracia" realmente foi desmascarada. E caiu por terra, toda aquela pretensa abertura.

O que nós sentimos é mais uma vez a mão forte e fechada do Governo, em cima dos trabalhadores, já espoliados de há muito neste País. O que nós sentimos é que os trabalhadores apenas têm e dispõem de um direito de reivindicar até os limites fixados pelo Governo. A partir disso, eles estão reincidindo num erro que gera violência, que gera prisão. Nós sentimos com muito pesar essas prisões ocorridas na região do ABC paulista e ficamos até preocupados quando membros da Igreja foram violentados na sua ação de religiosidade e de espiritualidade. Eles estavam apenas fazendo uma pregação religiosa quando foram escandalosamente colocados em viaturas do DOPS paulista e foram lá então levados até o extremo do ridículo. Foram colocados na viatura, sem roupas, foram pressionados psicologicamente e moralmente. E quando a Igreja passa a ser violentada como ocorreu em São Paulo, pode, naturalmente, ocorrer algo de previsões nunca imagináveis. Porque nós vimos o caso de El Salvador, quando Oscar Romero foi baleado, foi assassinado e lá o que ocorreu então foi lamentável, refletindo negativamente em todo o mundo. E aqui no Brasil nós não estamos longe disso. Porque CNBB está partindo para uma ação vigorosa, forte, decisiva e corajosa. Está realmente dando total apoio aos trabalhadores e pregando aquilo que Cristo já ensinava: — a ação preferencial aos pobres. Estar ao lado do trabalhador. Tanto é que ao escolher 12 apóstolos, Ele escolheu dentre eles 11 pescadores: o João, que era irmão de Thiago, do Zebedeu, o próprio André, Pedro, Felipe, enfim uma série de apóstolos, que eram pescadores, que eram pobres. Então Jesus Cristo já pregava isso há muito tempo. E hoje a Igreja continua. E muita gente fala que a Igreja é comunista. Ora, pelo amor de Deus, se defender o trabalhador é ser comunista, nós então podemos ser chamados de comunistas. Porque vamos estar ao lado do trabalhador, aonde ele estiver. Porque o importante é levantar a voz neste momento, em que uma maioria está sendo beneficiada, em detrimento de uma espantosa minoria. Era isso, Sr. Parlamentar, caro Deputado Nelson Friedrich, do PMDB e dizer que nós do PTB estamos totalmente a favor do seu pronunciamento e a favor das causas trabalhistas, destes grandes líderes do ABC paulista.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e a sua expressiva solidariedade, e antes de passar o aparte ao Deputado Fiori Luiz e em seguida Fidelcino Tolentino, pela seqüência que observei, gostaria de evidenciar que exatamente quando partidos políticos, como a atitude tomada pelo PT, pelo PTB, em subscrever documentos como esse, e a nível nacional, o próprio manifesto solidário dos 4 partidos de oposição; PP, PTB, PMDB e PT, junto aos trabalhadores do ABC, significa efetivamente o interesse maior dessas oposições com as cousas do povo brasileiro, acima das vinculações partidárias.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

É uma satisfação participar com humilde aparte nesse seu pronunciamento, deputado Nelson Friedrich.

E a gente observa que existem outras coisas no ar, além dos aviões comuns, de carreira. E parece que a caça às bruxas começa. Porque as tensões sociais aumentam, a crise social é aguda e o País exige soluções sociais.

Haverá, a continuar este ritmo de coisas, uma revolu-

ção pelo estômago neste País. No seu pronunciamento em Ouro Preto, quando o Presidente Figueiredo parecia um novo Tiradentes, dizia que a abertura está aí para quem quiser ver. Realmente, a abertura está aí, para quem quiser ver: granadas lançadas de helicópteros do Exército sobre camponeses no Nordeste; prisão de líderes sindicais do ABC, bomba de gás no comício do PMDB, em Ouro Preto, provado adiamento das eleições deste ano; exoneração do General Serpa; detenção de estudantes nas repúblicas em Ouro Preto, antes da visita do Presidente; perseguição a padres progressistas, com atentados de sequestro; na verdade, Sr. João Figueiredo, a abertura está aí para quem quiser ver.

O Governo tem de entender uma coisa: — Há um record mundial de indisposição contra este Governo. É o estudante, é o operário, é o intelectual, é o cafeicultor, é o fazendeiro, é a classe média, é a classe pobre, é a classe miserável, será que só o Governo está certo, neste País?

O povo não confia mais neste Governo, porque ele não estampa mais a seriedade, a honestidade que desejamos de um governo.

O povo quer mudanças em sua estrutura social, com menos lucros para essas empresas transnacionais e melhores condições de vida para o nosso povo.

O Presidente Figueiredo dizia que teria um governo voltado para os problemas sociais. É a mesma coisa que acreditar em "papai noel" e "cegonha".

Não se acredita nisso.

Hoje, somos 50 milhões de brasileiros em estado de subnutrição!

Há 250 óbitos, em cada 100 mil habitantes, causados pela subnutrição!

80 milhões de brasileiros não contam com água encanada!

100 milhões de brasileiros não são servidos por rede de água e esgoto!

Em cada mil crianças que nascem, 150 não passam do primeiro ano de vida!

50 milhões de brasileiros com doenças, todo tipo de verminose!

Há o desemprego, o sub-emprego!

Enfim, entendo que o Governo não tem mais condições. Perdeu a rédea, perdeu o comando deste País.

E o povo está a exigir, nas ruas, reformas sociais profundas, para acabar com os "delfins", com os "viacavas", com os "ernanes galveas", os grandes corruptos deste País. Porque, hoje, o Brasil é uma corrupção só, de Norte a Sul.

Parabéns pelo seu posicionamento, mais uma vez, Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte e tiro dele um aspecto que pretendemos, inclusive, trazer à tribuna, uma análise mais profunda da ausência da credibilidade do povo junto ao Governo.

Esse talvez seja o pior problema que possa enfrentar uma nação, esse divórcio entre povo e Estado, quando os governados não reconhecem e não acreditam mais nos governantes.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nelson Friedrich, o assunto que Vossa Excelência traz é palpitante.

Nota-se que no meio social há movimentos de toda natureza, no sentido de reivindicar um melhor nível de vida, em última análise.

E a facilidade com que o Governo vem alterando todo esse quadro de racionalidade, em cima de fatos, dentro do Brasil, é uma coisa inédita na História deste País.

Eles lutam por um proselitismo especial do Planalto, mudam a situação, como se muda a cor de um processo de alteração química, com uma facilidade enorme; até no linguajar do próprio Presidente da República, exaltando Tiradentes. Dizendo que Tiradentes se frustraria.

Está aqui: "o seu sonho poderia ter sido frustrado, pelo menos no seu tempo".

Deputado, temos visto, diariamente, na televisão, a evocação dos inconfidentes, para exaltar o regime de liberdade que dizem ter no Brasil.

Mas, é tão séria a situação no Brasil que os homens precisavam usar até de falsidade, de interpretação de textos que são claros no léxico brasileiro. Não é possível, nobre Deputado, inverter o sentido de liberdade.

Liberdade da qual falava Tiradentes não é só liberdade do jugo português e de outros tantos que buscavam subjugar o Brasil.

Este mesmo jugo vive o Brasil, hoje, e pior ainda, porque é jugo internacional. E naquela época vivia sob o jugo português, apenas.

Tiradentes está chorando em seu túmulo, todos os dias. Está triste; o seu túmulo está caiado de lágrimas de crocodilo.

Não é possível mais suportar!

Desligo, muitas vezes, a televisão ao ouvir que o Governo está afirmando seus propósitos todos os dias.

E vou ler, Deputado:

"O Governo tem plena consciência que o ideal dos nossos heróis está sendo realizado dia por dia".

Eu quero deixar aqui, Deputado, para não ir mais longe, além das greves que foram faladas e os professores do Estado, da Inconfidência Mineira, os professores já estão em segundo período de greve e aqui no Paraná foi preciso até mudar o termo "greve" para "Congresso". Congresso tem um outro sentido. Vossa Excelência veja: há um verdadeiro tumulto na ordem da compreensão humana no Brasil, Deputado. Não é possível que façamos ouvidos moucos a tantos clamores que existem na sociedade e é preciso que a população tome consciência do seu papel de grande relevância, não só a Igreja, os operários, os escrivães, os funcionários públicos, inclusive deste Poder. Há uma convocação séria que está sendo feita neste País, não é só pelos metalúrgicos, mas a partir do movimento metalúrgico. Ele representa uma exaltação à liberdade, ele representa a convocação de todos os patriotas, não os patriotas das constelações que existem por aí, mas os patriotas que estão voltados com lágrimas e até com miséria, para a redenção nacional.

Não há mais o que esperar, Deputado. O Brasil clama por urgência, mas urgência de dignidade, urgência de patriotismo e de nacionalismo, não de proselitismo que o papel aceita até... O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O tempo de

Vossa Excelência está esgotado e a Mesa lhe concede mais dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... com vergonha, porque é papel importado. Por isso é que ele é aceito, porque se fosse papel nacional não daria para escrever a tantas besteiras que nós temos ouvido nos discursos reiterados e nas viagens faraônicas que se fazem de Ministério a Ministério, de Secretarias a Secretarias.

Conclame-se em todas as tribunas disponíveis, o povo ao novo pacto social para que a sociedade brasileira reformule, em todos os seus cantos da República, todas as necessidades e reformulação das estruturas.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado pelo aparte, e peço desculpa por não atender aos demais que intercederam pelo aparte, porque o tempo está se esgotando, e daria uma colocação ao Deputado que acabou de fazer o aparte, quanto à comemoração do Mártir Tiradentes.

O que falta neste País é analisar um pouco melhor, não só Tiradentes, mas Silvério dos Reis, o Traidor, que vendeu-se aos interesses da metrópole para inclusive, fugir à tributação fiscal que a Derrama viria sobre ele e para receber os benefícios que recebeu, para receber os títulos honoríficos que Silvério dos Reis recebeu, e as medalhas que foram postas no seu peito, por ter sido traidor da causa Inconfidente que ficou um século na gaveta da História Brasileira, e somente a República é que recuperou, porque os pombais da vida da época e como de hoje existem, preferem os grandes vãos das metrópoles dos interesses, a voar na planície do povo brasileiro necessitado, jugado, subjugado e sem liberdade. Haverá ainda de se trazer, no dia 21, não só a imagem de Tiradentes explorada até enganosamente, mas a figura de Silvério dos Reis que trocou, que se vendeu, que enganou ao povo e enganou aos seus amigos como muito enganaram e se venderam nesse País há pouco tempo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estão aí nesta Casa, dois requerimentos, pedindo que esta Casa se manifeste em favor dos metalúrgicos de São Paulo, porque é uma manifestação em favor da libertação do povo brasileiro, contra os absurdos do capitalismo selvagem e em favor da liberdade sindical, da liberdade de líderes sindicais e o fim do absurdo de uma lei de exceção como a Lei de Segurança Nacional. Eu convoco neste instante aqui, o testemunho da bancada majoritária desta Casa, da bancada do PDS que terá oportunidade nesses dois requerimentos e inclusive honrar, o esboçado programa partidário, onde chega a defender o direito de greve e vai mais longe, defende até a congestão. Esta é a oportunidade de nós também sairmos daqui, com uma manifestação clara, objetiva e definida, em favor do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário do Vereador José Camilo de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis, bem como do Sr. José Marcolino Cardoso, ex-Prefeito Municipal de Catanduvas.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM 2.^a VOTAÇÃO — do Projeto de Lei n.º 207/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 181/79), que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, um terreno rural de propriedade do Estado, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem). Para consultar à Mesa se ele está em votação ou em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está em votação e discussão encerrada na sessão de ontem.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem. Há um requerimento pendente sobre este projeto, à consideração deste Plenário que não foi apreciado por falta de "quorum" de deliberação na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O requerimento encontra-se prejudicado conforme o Regimento Interno.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, Sr. Presidente, por que o requerimento está prejudicado se não houve sessão para deliberar? O requerimento conseqüentemente passa a ser apreciado na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Informo a Vossa Excelência lendo o artigo do Regimento Interno, o artigo

110 parágrafo único: "os requerimentos de adiamento que não forem votados imediatamente por falta de número, ficarão prejudicados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Faço um requerimento nos termos em que está este próprio na Mesa, Sr. Presidente, para ser levado à consideração desta Assembléia. Reedito o requerimento e encaminho à Mesa, nos mesmos termos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O requerimento de Vossa Excelência não procede, porque se encontra o projeto em fase de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, parece-me sem nenhum intuito de, dirigido a Vossa Excelência, o requerimento somente no encaminhamento de votação, ou em fase de votação, em turno de votação, poderá ser apreciado. E que já aconteceu em outras sessões deste mesmo Poder, consoante consta do próprio Projeto que está no Poder da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Eu passo a ler a Vossa Excelência o artigo 110 do Regimento Interno.

"O pedido de adiamento só poderá ser apresentado, antes de encerrada a discussão da matéria e será submetido à deliberação da Assembléia, independente de discussão. Não podendo entretanto, ser apresentado quando a Assembléia estiver em votação ou quando, estiver fazendo uso da palavra qualquer Sr. Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, essa disposição regimental é evidente que existia na sessão de ontem.

A Mesa por liberalidade recebeu o requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino e nós, embora tendo conhecimento dessa disposição do Regimento Interno, concordamos com o requerimento, embora nos reservássemos o direito de votar contrariamente ao mesmo. Entretanto, eu faço um apelo a Vossa Excelência, que mantenha a decisão de ontem, submetendo o requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino a votos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu quero até manifestar um agradecimento à Liderança do Governo, que se propõe a reconsideração, ou aceita a reconsideração desse requerimento, mas de forma nenhuma, nobre Presidente, quero violentar, ou pelo menos me dirijo a uma violentação do Regimento Interno. Porque jamais poderia em uma oportunidade qualquer, do futuro, ser esbarrado num escorregão que neste momento eu poderia dar.

Quero exaltar a autoridade de Vossa Excelência para resguardar o Regimento Interno.

Entretanto, como eu não havia pedido a reformulação do requerimento antes do regime de votação, do encaminhamento de votação, porque achei que o requerimento uma vez não apreciado ele estaria presente nesta sessão, exatamente para buscar os seus objetivos, tanto mais quando se trata de um projeto da mais seriedade como é este projeto que está sendo discutido.

Por esta razão eu achei indiscutível por falta de "quorum" da sessão de ontem, que esse requerimento deveria ser apreciado hoje. E daí nenhum ferimento ao Regimento Interno. Por isso eu faço o apelo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Eu aguardo que Vossa Excelência encaminhe à Mesa o requerimento por escrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, se o requerimento de ontem não se encontra sobre a Mesa é porque houve uma deliberação da Mesa. Nestas condições, sob protesto, não encaminharei à Mesa um novo requerimento, porque não há disposição da Mesa de apreciar aquele requerimento porque achou que ele já tinha sido apreciado, embora meu entendimento seja outro.

Por essa razão não formularei outro, deixarei apenas o

meu protesto em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está em votação o projeto.

O SR. NESTOR BAPTISTA — para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem nós tivemos uma cena que deve ser lamentada nesta Casa, porque se pensa de uma maneira, age-se completamente de uma maneira oposta. Mas, tivemos momentos também de satisfação, ao acompanhar a bem fundamentada exposição aqui trazida pelo Deputado Cyro Martins, inclusive tecendo algumas críticas ao Governo do Estado e eu me somo a essas críticas feitas pelo Deputado, quando dizia do abandono e também que o Colégio Augusto Ribas vem, inclusive sendo prejudicado nas suas aulas práticas pelo esquecimento ocorrido por parte da Secretaria de Agricultura, inclusive com instrumentos para aulas práticas sendo retirados daquela instituição de ensino.

Falava também da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que vem formando tecnólogos e que portanto não vem trazendo à causa educacional do Paraná algum subsídio positivo. E por isso mesmo a gente deve até cumprimentar a coragem do Deputado Cyro Martins em subir à tribuna e criticar aquilo que o Governo vem fazendo contra o ensino no nosso Paraná e vem fazendo também a favor da falta de educação em nosso Estado.

E este exemplo do Colégio Agrícola Augusto Ribas foi muito bem mencionado, porque eu me somo, volto a repetir, a um descaso total por parte do Governo que vem retirando os instrumentos e não são palavras minhas, mas do Deputado que ocupava a tribuna naquela oportunidade. E ainda ontem o Deputado Gabriel Manoel dizia que no Paraná a escola não é feita para pobre. Eu quero cumprimentá-lo também pela coragem, Deputado Gabriel Manoel, porque isso é uma verdade muito grande.

E vou repetir: porque ontem disse aqui e continuo reiterando todos os dias, os Gabinetes dos Deputados estão todos os dias tomados pela classe estudantil sem condições financeiras de estudar, sobrecarregadas pelas mensalidades escolares e muito mais pela falta de interesse do Governo para dar escola pública a quem não tem condições de estudar.

Fica, portanto, o pobre marginalizado. Fica o pobre sem condições de estudar. Mas, quando usamos da tribuna ontem, foi para que pudéssemos ouvir mais uma vez a Universidade Estadual de Ponta Grossa. E também pudéssemos ter uma manifestação por parte do Colégio Agrícola Augusto Ribas ou algum defensor do mesmo.

Segundo as informações que a gente vem obtendo, o Colégio fatalmente ficará sob a direção da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mesmo que não ocorra a doação proposta através da Mensagem do Sr. Governador do Estado, mas o Colégio será dirigido, volto a dizer, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Vai apenas dirigí-lo sem ter o terreno.

Falou-se também em cessão de um terreno ou doação de um terreno à Universidade Estadual de Ponta Grossa e que o mesmo não teria sido usado por aquela instituição.

E nós temos em mãos um Memorial da Universidade, que me permito ler neste momento:

"A Universidade Estadual de Ponta Grossa, estabelecimento do ensino superior da rede oficial de ensino do Estado do Paraná, mediante o presente memorial deseja fazer certo o fato de que NÃO DETÉM o domínio, ou seja, de que não é proprietária, da área de 105 alqueires (250 hectares), que nos termos do contrato de cessão gratuita firmado em 04 de outubro de 1971, foi cedida pela União Federal à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, para ali serem construídos os prédios destinados à sede da Universidade.

A posição da Universidade Estadual de Ponta Grossa perante o imóvel mencionado, desenvolveu-se segundo os seguintes atos jurídicos:

1 — AUTORIZAÇÃO DA CESSÃO GRATUITA do imóvel à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, de uma área de terra de 250 hectares situada no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura com objetivo da construção, na área, dos prédios destinados à sede da Universidade Estadual de Ponta Grossa — cessão essa a ser efetivada mediante termo que, com força de escritura pública, será lavrado na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Paraná — tudo nos termos do Decreto n.º 65.553, de 13 de outubro de 1969.

2 — Contrato de cessão gratuita firmado em 04 de outubro de 1971, entre a União Federal, como outorgante cedente, e, como outorgada cessionária, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, esta representada pelo então Prefeito Municipal, Dr. Cyro Martins.

No termo de cessão de que se trata, dispunha-se, na cláusula quinta daquele instrumento, que:

“Tornar-se-á nula a cessão independentemente de ato especial “a)...; b)...; c) se em qualquer época a União Federal necessitar do imóvel para uso próprio, ressalvada em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o necessário conhecimento à cedente.

Verifica-se de tal contrato firmado com a Prefeitura Municipal, na pessoa do Dr. Cyro Martins, que a União Federal reservou-se o direito de anular a cessão toda vez que precisasse do imóvel para seu uso, bastando para isso indenizar a cessionária das benfeitorias necessárias.

O que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa recebeu da União Federal foi, assim, simples cessão de uso, revogável a qualquer tempo.

Não houve transferência de domínio da cedente União para a cessionária Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, mas, mera CESSÃO DE USO E GOZO DO IMÓVEL, segundo, aliás estabelece a sistemática do Decreto-Lei n.º 178, de 16 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a cessão de imóveis da União Federal para as finalidades que ali especifica.

3 — Pela Lei Municipal n.º 2501 de 11 de dezembro de 1972, ficou o Poder Executivo Municipal autorizado a DOAR o imóvel à Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A expressão DOAR é, no texto legal, excessiva, de vez que os atos legislativo e civil anteriores, usavam a denominação CESSÃO.

À Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, mero órgão de passe da cessão do imóvel — não caberia DOAR o terreno à Universidade, tanto mais porque “ninguém pode DOAR o que não tem”.

E tanto assim é, que o ato legislativo de que se trata (Lei Municipal n.º 2501, contém TODAS AS RESERVAS que a União Federal já fizera sobre o uso do imóvel no momento da sua cessão à Prefeitura Municipal, inclusive a retomada da área, das mãos da cessionária, desde que a cedente necessitasse dela para seu uso.

4 — Em 25 de janeiro de 1973 por escritura de doação, o Município de Ponta Grossa DOOU o imóvel à Universidade Estadual de Ponta Grossa destinado às edificações de sua sede.

Na mencionada escritura pública constam as reservas anteriormente feitas pela União Federal. Entre estas, a nulidade aplicando ato de suposta doação, na hipótese de — “em qualquer época a União Federal necessitar do imóvel para uso próprio”.

5 — Posteriormente, a União Federal veio dispor do imóvel que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa supunha haver doado à Universidade, quando apenas lhe transferia o uso do bem, mediante a incorporação daquela área ao patrimônio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.”

Diante do exposto, Sr. Presidente, de que o Colégio Agrícola Augusto Ribas passará a sua direção à Universidade Estadual de Ponta Grossa, de que à Universidade foi dado um terreno que não pertencia à Prefeitura Municipal. É de se esperar que esta casa use de bom senso, para trazer a votação mais aceitável à este projeto enviado pelo Sr. Governador do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o projeto.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, vimos o nobre Deputado da Oposição, sangrando em saúde, mas eu acho que ele não entendeu a nossa mensagem: ele misturou um pouquinho de “caçar tatu com serenata”. Porque nós dissemos sobre o nosso ponto de vista de ontem — e eu não quero voltar a repetir, apenas do ponto burocrático das faculdades. Dizer que no Paraná, nós não temos vez no ensino, seria assim o mesmo dizer que Jesus Cristo não andou pela terra... Porque sabemos perfeitamente que o Paraná com suas inúmeras salas de aula, desde o Governo Jayme Canet Júnior com o atual Governador no Ministério da Educação; sabemos que continuam essas implantações em todos os quadrantes do Estado; sabemos que Ney Braga está voltado como esteve voltado Jayme Canet Júnior, este grande Governador, com Ney Braga lá no Ministério da Educação. Então não vemos razão para que o Deputado também ele sabe que os professores do Paraná são os mais bem pagos do Brasil; ele sabe que os professores do Paraná estão tendo todo apoio e todo amparo, dentro da Lei do ensino. Quer dizer que dizer que nós dissemos que no Paraná não havia condições para o pobre estudar, eu disse apenas o que eu disse ontem e estão aí as notas taquigráficas. Eu queria até que por uma fineza o Deputado dinâmico, jovem, Nestor Baptista, fizesse assim um exame de consciência, para que a gente não fique numa situação meio escalofóbica e também para que não passe que estejamos faltando com a verdade, ele que diga o que aconteceu ontem e pegue as notas taquigráficas e veja o que eu disse. Dissemos apenas sobre o problema do ensino superior e sobre o problema de transferência. Que é a nossa mágoa, mas nem por isso vamos deixar de votar, obedecendo a nossa liderança. Então é esse o problema.

Eu queria só apenas, para encaminhar esta votação, porque aqui é uma Casa que nós não podemos a toda hora, faltar com a verdade. Então eu pediria ao eminente companheiro Nestor Baptista que pegasse as notas taquigráficas e lesse, mesmo que fosse em outra oportunidade, ou em explicações pessoais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação o projeto.

O SR. VALDUGA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, nós discutimos exaustivamente até a estafa, a questão se deveria ser feita a doação ou não, do Colégio Agrícola Augusto Ribas para a Universidade de Ponta Grossa. Em rápidas palavras, pairou no ar a preocupação geral, inclusive externada aqui pelo nosso colega, Deputado Cyro Martins, de que com essa doação pudesse desaparecer o Colégio. Foi inclusive aventada a possibilidade, a hipótese, o sofisma, de que com o continuar do tempo ela poderia ser absorvida e até extinta.

Nós temos, no anteprojeto, artigo segundo, um dispositivo que assegura a continuidade. E nenhum dos Deputados do PDS seria irresponsável a ponto de votar uma lei que viesse extinguir um Colégio Agrícola. Nós estamos dando condições para que, de acordo com o desejo da Universidade, de acordo com o pensamento do Governador Ney Braga, passe aquele Colégio à administração da Universidade de Ponta Grossa.

Deliberadamente se fez uma confusão até bastante pro-

posital, no sentido de colocar um pensamento do Deputado Cyro Martins, que externou a preocupação, mas disse que votaria num gesto de confiança ao Governador, mas que manteve, e nós não temos a preocupação de que o Colégio não se extinga. E, para aqueles que não entendem, nós temos ainda a lei a invocar: se, por ventura, houver extinção do colégio, este decreto, por dispositivos legais, poderá ser revogado. Daí porque, está plenamente assegurada a continuidade do colégio, e a posição que nós tomamos, antecipo meu voto em favor da doação, como nossa bancada já assim deliberou.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação.

O SR. CYRO MARTINS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — É comum já certos pronunciamentos nesta Assembléia, deturpando declarações anteriormente já realizadas por Deputados neste Plenário.

As notas taquigráficas estão aí, para que todos aqueles que quiserem ler, ou que saibam ler, e procurem fazer este esforço, para ler o que foi dito aqui, em função da Universidade de Ponta Grossa, em função do Colégio Agrícola Augusto Ribas.

Com respeito aos documentos que Sua Excelência, o Deputado Nestor Baptista traz em Plenário, hoje, naturalmente, mais uma vez, entregues por pessoas interessadas em deturpar a verdade, quero que fique bem claro que no próprio ofício de Sua Excelência o Senhor Secretário da Educação está dito que "embora referida Fundação tenha recebido por doação do Ministério da Agricultura, uma área de terras destinada à construção de seu "campus" universitário...". Então o próprio Secretário reconhece a doação, e depois diz se as condições são desfavoráveis.

Com isto, então, quero por um ponto final nas considerações feitas pelo Deputado Nestor Baptista.

Com respeito ao projeto que estamos discutindo, refere-se à doação do Colégio Augusto Ribas, de um imóvel, para a Universidade de Ponta Grossa. Fizemos várias observações sobre as condições de garantir o bom funcionamento do colégio, em função não só da sua tradição, mas, também, das suas condições de estar formando realmente técnicos capazes de atender o setor agrícola, não só do Paraná, mas de todos os Estados do Sul, e que esta doação eu estava a favor, mas queria garantir-me, queria me acautelar, para que o Colégio Agrícola continuasse funcionando, e que, a bem da verdade — repito aqui o que disse ontem, o que tenho dito há muito tempo, desde 1954, como professor: sou a favor de todas as classes estudantis. Não sou a favor de desprezar, de prejudicar umas, para favorecer outras. Sou a favor de todas. E depois das ponderações que fiz, das medidas que acho que o Governo tem que tomar, para garantir o funcionamento do Colégio Agrícola, que eu era a favor do projeto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ontem, depois das discussões prolongadas, com referência a essa matéria da doação da área de terras, à Universidade Estadual de Ponta Grossa, e, hoje, nos encaminhamentos que tivemos oportunidade de ouvir, não poderíamos deixar de manifestar, neste momento, quando se propala, do descuido, do desinteresse do Governo no setor do ensino, o que não é verdade.

Sua Excelência o Governador Ney Braga, tão logo assumiu o Governo do Estado procurou melhorar o nível de venci-

mento do professorado no Estado do Paraná, fazendo os cursos e promoções, dando melhores condições para que o professor entrasse na sala de aula mais despreocupado com a sua família e pronto para ministrar aulas à altura do que precisa o estudante paranaense.

E, quando o Governo propõe a doação desta área, é claro que ele está preocupado também, como ontem estava preocupado o Deputado Cyro Martins, com a manutenção do Colégio Agrícola Augusto Ribas de Ponta Grossa, porque nós sabemos que o ensino profissionalizante é de grande interesse, e principalmente neste momento em que o Estado e o País estão carentes de técnicos, é preciso que se aprimore cada vez mais. E que, com esta doação, e passando à responsabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, tenho certeza de que esta Universidade terá todas as condições de manutenção do Colégio Agrícola de Ponta Grossa, porque, através da Universidade, poder-se-á carrear muito mais recursos do Governo Federal. Poderá o Governo dar muito mais assistência, porque hoje, com o desligamento da Secretaria da Agricultura, passando à Educação, Secretaria da Educação tem muito menos condições técnicas no campo agrícola, mas a Universidade tem estas condições para suprir a falta que poderia haver com a ausência da Secretaria da Agricultura. E, por este motivo, nós estamos favoráveis a esta doação, porque, de acordo com o artigo 2.º desta Mensagem Governamental, já dá uma garantia do posicionamento da escola agrícola.

Mas, ontem também se levantou uma outra preocupação. Se federalizarem as Universidades, o Estado estará perdendo uma área que está doando à Universidade, porque passará ao Governo Federal.

Eu, ainda dizia ontem "tomara que isto aconteça, tomara que passe para o Governo Federal", e que nós tenhamos que comprar uma outra área para o Colégio Agrícola, porque o Estado terá muito mais recurso para aplicar no campo do ensino do primeiro e segundo graus.

Por este motivo, votamos favoravelmente, e ontem, o nobre Deputado Cyro Martins, talvez não tenha sido bem interpretado o seu pronunciamento, mas a sua grande preocupação, ontem, era com a Escola Agrícola, o Colégio Agrícola de Ponta Grossa, mas, dando, no fim, o seu voto favorável, para que passasse à Universidade Federal. E, por isso, hoje, nós vamos votar favoravelmente e eu tenho certeza que a maioria dos Srs. Deputados estará dando o seu voto para dar mais condições ao "campus" universitário de Ponta Grossa, e à manutenção do Colégio Agrícola de Ponta Grossa.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já falava, ontem, no turno de discussão deste projeto, que esta Casa, realmente, ficou numa posição de conflito pela colocação feita pelo Deputado Cyro Martins, que era contra, mas votação a favor, em última análise.

Sr. Presidente, é uma situação muito esquisita para um Parlamento ter que se posicionar, em todos os turnos possíveis, da manifestação dos Parlamentares.

Questionávamos, ontem, a posição do Colégio Agrícola. Em momento algum, se permitiu a licenciosidade de dizer qualquer coisa que desabonasse, ou desencaminhasse, o bom sentido da implantação da Universidade de Ponta Grossa, no lugar pretendido.

Pessoalmente, tributo a maior consideração à Universidade de Ponta Grossa. Para este Deputado, é um dos melhores

ensinos superiores do Paraná.

E também, é uma das Universidades que mais baixo custa aos estudantes. Inegável esta colocação que precisava ser feita e registrada na Assembléia.

Mas, a preocupação que nos acudiu, foi exatamente aquela de permitir o avanço maior da escola de nível profissionalizante, ou de técnica agrícola, lá de Ponta Grossa, que é o caso de Augusto Ribas.

Hoje, poderíamos questionar não o problema da seriedade do assunto, pura e simplesmente, da necessidade da Universidade ter o seu "campus", e poderíamos, inclusive, correr em defesa da Universidade antes de surgir esse problema, nesta Casa. Muito antes.

E digo antes, porque o ex-Deputado Luiz Carlos Zuk, que pertencia ao antigo MDB, quantas vezes foi à tribuna para brigar com o Governo, para melhorar o nível de ensino de Ponta Grossa, e para instrumentar a sua Reitoria de recursos adequados para o avanço do ensino de Ponta Grossa.

Isso é indiscutível.

Entretanto, Sr. Presidente, hoje, depois de conversarmos com o Reitor, depois de vermos a veemência com que o Reitor falava, e por sentir também a mobilização que hoje se fez, posso dizer com a maior clareza, que a nossa bancada, o PMDB, sem dúvida alguma, nunca se voltou contra o bom andamento e os objetivos maiores do ensino paranaense e do Brasil.

Entretanto, o conflito de nível político que campeia em Ponta Grossa, realmente cria dificuldades para deliberação deste Plenário.

Agora, ficará uma dúvida, Sr. Presidente, qual será o destino daquele Colégio, embora administrado pela Universidade, em se passando este projeto?

Qual a destinação daquele Colégio Agrícola?

Será que o Curso de Agronomia da Universidade não vai absorver os objetivos daquele Colégio? E se absorver, não estará elitizando o ensino também em Ponta Grossa.

Porque, hoje sabemos que, ali, naquele curso profissionalizante, filhos de agricultores estão estudando a baixo custo e trazendo para as terras férteis do Paraná, técnicos que instrumentam o desenvolvimento econômico e social. Mas, de que forma nos posicionáramos diante das dúvidas surgidas?

Elas deveriam ter surgido tempestivamente, é verdade, a nível das comissões técnicas. Mas, isso não foi dado a esta Assembléia. Isso se furtou a este Poder, ao conhecimento deste Poder.

E, realmente, até agora, não sabemos qual o melhor posicionamento a adotar. Não pudemos ter contato com o Colégio Agrícola e como ficaríamos se essas dúvidas não fossem levantadas aqui?

Realmente, ainda não tenho uma posição adequada para poder deliberar. E se não formar juízo até o final do turno desta discussão, permitir-me-ei a sair desta Assembléia, no projeto não consta manifestação alguma do Colégio. Consta uma veemente manifestação da Reitoria, é verdade, postulando uma questão de direito que lhe compete e que é até de suas atribuições, e nos esclarecimentos que tivemos com a Reitoria chegamos a ter informações de que a terra de que fala o Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná, não é a mesma a que seria destinada a formação ou implantação do "campus".

Então realmente há um conflito de documentos, de interesses, e de seriedade da parte da Secretaria ou até do Governo. Não digo má fé, mas falta de melhor exame da matéria e aqui neste Poder Legislativo, tem sido exaustivo as formas como o Poder Executivo manda projetos, sem algum esclarecimento adequado. E isto, Senhor Presidente, é o testemunho de que este Poder anda agachado, submisso ao Chefe do Poder Executivo e esta condição ao menos este Parlamentar não aceita. Aceito sim, os esclarecimentos adequados para que o ensino no País seja tratado com mais seriedade e não mais mobilizações de na-

tureza a pressionarem o Poder Legislativo a votar a favor ou a votar contra, como já tem acontecido nesta Assembléia, em outros episódios, de forma que vou consultar a minha liderança para saber qual o posicionamento da Bancada, para poder votar, porque não me convenci de que este projeto é absolutamente necessário para alcançar os objetivos da Universidade e quero crer que a Universidade está carente desta área, há muitos anos. Isto nós temos certeza, mas de uma forma a subtrair do colégio, qual seria o resultado? Esta é a pergunta que deixo, para poder, através da sua resposta verdadeira, deliberar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. DAVID CHERIEGATE -- Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). -- Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. DAVID CHERIEGATE -- Senhor Presidente, há dois dias este Plenário discute o projeto de lei em referência e nós, como filhos de Ponta Grossa, não poderíamos de maneira alguma, de deixar de externar a nossa opinião, nós que tivemos a oportunidade de conhecer, de acompanhar os primeiros passos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, nós que tivemos a oportunidade de conhecer o corpo docente daquela Universidade, nós que acompanhamos o extraordinário progresso e o desenvolvimento e o bem daquela Universidade fez não somente pela juventude de Ponta Grossa, mas pela juventude de todo o nosso Estado.

Nós queremos nesta oportunidade, dizer que votaremos favoravelmente ao anteprojeto de lei, porque nós acreditamos realmente de que a administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa ajudará ainda mais para que o colégio agrícola de Ponta Grossa, possa cada vez crescer mais, ainda mais agora que passará à administração da Universidade de Ponta Grossa.

Eu me recorro que ainda na minha época de estudante, quando o Ministério da Educação quis criar um curso noturno de engenheiro civil, com pagamento de mensalidades, naquela oportunidade, nós que fazíamos parte do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, unimos toda a classe estudantil daquela faculdade, e fizemos um movimento no sentido de que não fosse pago aquele curso. E conseguimos o intento naquela oportunidade. E hoje, quando nós vemos, na galeria desta Assembléia Legislativa, toda a classe estudantil daquela universidade, que vem, com a sua presença, pedir aos Deputados desta Assembléia Legislativa, que dêem um voto favorável, que dêem oportunidade para que a Universidade Estadual de Ponta Grossa possa crescer ainda mais, nós votaremos a favor deste projeto, porque realmente, nós acreditamos nos homens que dirigem a Universidade Estadual de nossa cidade natal. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). -- Continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como não tínhamos conhecimento mais profundo da questão, tomamos a iniciativa de nos informar detalhes sobre o presente projeto.

E, nada melhor, do que ouvir um profissional oriundo do Colégio Agrícola em referência e faço minhas as palavras deste profissional oriundo daquela Casa educacional, para que se traga neste instante e, principalmente porque temos uma discussão muito prolongada e o que não é normal nesta Casa em assuntos desta espécie. Mas, há uma boa assistência, e por isso pretendo trazer também esses dados.

Esse assessoramento, apenas me colocou o seguinte: o Colégio Agrícola promovida e promove, através do ensino profissionalizante, uma maneira que consegue dar ao Estado do Paraná o retorno mais rápido, mais imediato. Além do mais, busca

educar filhos de pequenos agricultores na grande maioria carente de recursos, que após formados, voltam às suas origens pregando os ensinamentos aprendidos.

E aquele Colégio Agrícola ao cobrar mil cruzeiros por mês, englobando ensino, alimentação, serviço de lavanderia entre outros, evidentemente consegue adequar o interesse do filho do pequeno trabalhador rural, do pequeno proprietário com o objetivo de formá-lo, educá-lo e trazer-lhe a profissionalização técnica.

Diz mais o profissional oriundo daquela casa, quando o aluno não tem condições de pagar as mensalidades e essas despesas antes referidas, pagas através de serviços dentro do próprio colégio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dentre todos os Colégios Agrícolas, diz este técnico "o menos ruim é o de Ponta Grossa", que possui uma área de terra relativamente significativa que utiliza para aulas práticas de agricultura e pecuária. O produto deste cultivo é utilizado para alimentação dos alunos e os excedentes agrícolas são vendidos e os lucros reinvestidos para melhoria do ensino agrícola.

Essa pretensão do Governo que quer retirar esta área de terra do Colégio e repassar para o campus universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que, por tradição, tem sido de ensino eletista, com custo mensal de aproximadamente oito a dez mil cruzeiros, se computar mensalidades, alimentação, moradia, transporte, lavanderia e todos os demais custos por aluno.

Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, experiências mostram e isto é muito importante, inclusive para os alunos que estão nos ouvindo, experiências mostram que o funcionamento de colégio técnico conjuntamente com escola superior não estão dando certo. Porque todos os projetos, todas as verbas, principais professores, os de melhor qualificação ficam sempre à disposição e ao lado do ensino superior. E damos aqui alguns exemplos, em especial, o exemplo da Faculdade de Jaboticabal, em São Paulo, onde havia o melhor Colégio Agrícola do Estado de São Paulo, após anexação à Faculdade de Agronomia e Veterinária, decaiu vertiginosamente na qualidade de ensino.

A Escola Técnica do Paraná sofreu a mesma consequência na sua qualidade após a anexação à Faculdade de Engenharia Operacional. E agora as indagações que gostaria que cada um pensasse bem: Será que as fronteiras agrícolas de Ponta Grossa e da sua região se esgotaram ao ponto de não haver outra área de terra para construir o campus da Universidade?

Será que os filhos de pobres agricultores são proibidos de cursar o Colégio Agrícola com ensino de melhor qualidade e transformá-lo num apêndice do ensino superior elitista, com custo de oito a dez mil cruzeiros por aluno? Será que o Governo não está vendo que o que mais o País precisa é exatamente de técnicos de segundo grau de maneira qualificada?

E concluo trazendo este aspecto muito importante: Os recursos que se pretende destinar, inclusive através de imóvel a construção desse campus universitário seriam muito melhor empregados se fossem destinados às escolas profissionalizantes do segundo grau, que formam técnicos em menor tempo, com menos gastos, mas que possam, portanto, dar o retorno rápido, imediato à comunidade, às famílias e conseqüentemente ao Estado.

Mas nós vemos as Faculdades, isto sim, em crises financeiras cada vez mais alarmantes.

Ora, Sr. Presidente, será que esse projeto efetivamente resolveria o problema da Universidade de Ponta Grossa, bem como resolverá todo o problema do Colégio Agrícola?

Todos nós sabemos que às vezes até é interessante, pelo "status", ter o curso superior. Mas na própria Universidade de Ponta Grossa e hoje ainda ouvia o testemunho e me

nego a dar a informação de quem o trouxe, dizendo que inúmeros cursos de Ponta Grossa, inclusive do setor cooperativista, formam o cidadão e hoje ele está aí trabalhando como bancário em agências bancárias de Curitiba, porque de um lado há a presença negativa das próprias cooperativas de não absorver a mão-de-obra, e de outro lado o próprio ensino tem deficiência.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mundo inteiro está a dar exemplos, não só do Japão como da Alemanha, que surgiram da cinza após a Segunda Guerra Mundial, e em menos de vinte anos se transformaram em potências mundiais de primeiro escalão, graças exatamente a existência do contingente técnico intermediário que transformaram aquelas Nações através do "know how", que estava nas consciências e nas mentes daqueles jovens e daquele povo. Mas este País desde o início de seus sistema educacional procurou fazer o que? O ensino de liceus, ensino clássico, ensino de letras, obstaculizando a presença da formação profissionalizante adequada.

E nós vemos agora também o fracasso da 5692, essa reforma de ensino caolha e aleijada, que fala em ensino profissionalizante que nós precisamos, mas que não dá recursos, por exemplo, para a Universidade de Ponta Grossa pode adquirir uma área e fazer o seu campus sem precisar absorver alguma coisa que está funcionando muito bem.

Pensem os estudantes que estão aqui, nestes exemplos como de Jaboticabal, na Escola Federal aqui, que no momento em que foram absorvidas, caiu a qualidade de ensino, elitizou-se e dificultou-se o ingresso de outros estudantes.

Este Estado do Paraná, que o Governo do Estado coloca noventa e cinco milhões de cruzeiros para fazer propaganda dele mesmo, este Governo Ney Braga que coloca uma dotação orçamentária de noventa e cinco milhões de cruzeiros para divulgar atos do Governo, se torna impotente para resolver um problema deste de Ponta Grossa. E há que se fazer uma absorção de uma área, de um patrimônio, e da qualidade de ensino daquela Escola Agrícola.

Por estas razões, Sr. Presidente, sem aplausos e sem vaias, que não me importam, voto contra, porque esta não é a melhor solução nem para o Colégio Agrícola, nem para a Universidade de Ponta Grossa, nem para as famílias dos pequenos agricultores. Muito menos para o Estado do Paraná e para o Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) — Sr. Presidente, apenas para não aceitar as colocações feitas pelo nobre Deputado Nelson Friedrich. Porque toda esta Casa sabe, o Paraná inteiro sabe também, que ser da Oposição é a coisa mais fácil que existe: basta levantar, fazer um discurso inflamado, atacar o Governo e receber os aplausos. Soluções? Nenhuma nas discussões aqui apresentadas. Nenhuma solução apresentada para o caso de Ponta Grossa.

Procura-se, agora, atribuir a responsabilidade ao Governador do Estado, por uma série de descabros que existem em algumas faculdades no interior deste País. Pretende a Oposição que Ponta Grossa consiga outro espaço físico para que a sua Universidade construa o seu campus. Entretanto, quem assim fala, desconhece geograficamente Ponta Grossa. Sabe que não existe outra solução para a localização desse campus senão nesta área.

O artigo segundo da Mensagem, é de uma clareza meridiana, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Não vai afetar, de maneira alguma, o funcionamento do Colégio Agrícola. Toda esta celeuma, toda esta discussão, originou-se de um pequeno equívoco no encaminhamento de votação na sessão

de ontem. Mas todos, conscientemente, sabem que é a melhor solução. E até será aprovada pela Casa a Mensagem do Governador, porque efetivamente é a melhor solução. Não existe outra solução. Fora disto será uma argumentação que, sabemos tem objetivos nitidamente oposicionistas.

A Oposição, efetivamente, cumpre o seu papel. É evidente que hoje há uma platéia aqui, como bem disse o orador que nos antecedeu, e ele quer aproveitar a platéia que está aqui. Se não houvesse a platéia, na sessão de ontem, ele teve a oportunidade de encaminhar a votação, de discutir a Mensagem Governamental, mas não o fez. A Bancada do PMDB, pelo seu relator, na oportunidade em que a Comissão de Justiça apreciou a Mensagem Governamental, aí era o momento apropriado para que se levantassem todas estas dúvidas.

Entretanto, o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira procedeu a leitura do parecer exarado pelo eminente professor universitário, hoje líder da bancada do PMDB nesta Casa, Professor Renato Bernardi, que teceu considerações até elogiosas à Mensagem Governamental. Então nós não entendemos mais o que quer a Oposição. Não se manifestou na oportunidade devida. Hoje aproveita a platéia que assiste esta sessão, para dar a sua tirada demagógica. Então nós não aceitamos, Sr. Presidente. Acharmos válida, mas não aceitamos. Os homens de bom senso não aceitam essa argumentação.

Essas considerações, Sr. Presidente, que nós gostaríamos de fazer, no instante em que a bancada do PDS votará favoravelmente à Mensagem do Governo, porque entende que ela vai trazer solução para o problema do ensino superior e também do ensino agrícola de Ponta Grossa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para colocar as coisas. Talvez pela primeira vez a assistência desta Assembléia, ao contrário do que diz o Sr. Líder do Governo, está aqui - e quero cumprimentá-los pela sua presença; para, com a sua presença, com a sua fiscalização verem de perto como procedem os homens públicos do Estado. E pela primeira vez, desde que sou Deputado, esta platéia está aqui exatamente contra, não a oposição, porque é uma questão aberta, para a bancada do PMDB. Mas que até com suas razões, pela sua versão dos fatos, está contra aqueles que se posicionam contra o projeto do Sr. Governador.

Srs. Deputados, repito alguma coisa que disse ontem: sou contra toda e qualquer cessão de direitos por parte do Estado. Assim procedi quando da entrega da Estrada de Ferro Central do Paraná. E me arrependo enormemente, Srs. Deputados, de não ter acompanhado o voto solitário do Deputado Darcy Deitos, quando desta tribuna, há pouco tempo, se manifestou contra a prevenção do Governo Federal, em assinando um convênio com o Estado do Paraná, ter tirado o ICM do nosso Estado. E foi lá no Rio Grande do Sul que fomos alertados, porque a bancada do PDS do Rio Grande do Sul, por unanimidade, junto com as bancadas dos demais partidos se levantaram e não permitiram a assinatura desse convênio. Mas, como nós aqui acompanhamos o convênio do Governo; como Santa Catarina acompanhou, o resultado foi estourar no Senado - quem quiser abrir os jornais de hoje verá que o Paraná está perdendo ICM, por uma atitude impensada desta Assembléia, na qual, inclusive me incluo. Porque o voto contrário foi dos Deputados Darcy Deitos e Nelson Friedrich. Por isso, acho, que é muito importante que se discuta.

Srs. Deputados, o Deputado Cyro Martins, disse ontem aqui - e talvez a presença destes jovens, hoje esteja a justificar

a sua atitude, que foi incompreensível para todos nós. O Deputado Cyro Martins disse o que? "Colégio Agrícola Augusto Ribas ocupa toda a área, para os seus cursos "práticos" - e ele gritou bem forte, "práticos", quando criticou a Universidade. Os cursos teóricos da Universidade.— E as notas taquigráficas aí estão.

Disse mais o Deputado Cyro Martins: — "A Escola Augusto Ribas necessita inclusive se utilizar de áreas do IAPAR ou do IMATER, não basta apenas aquela área que ela tem.

O Deputado Cyro Martins, contrariamente ao que se falou de que o Plano do Governo era a educação, disse: — "O Colégio foi praticamente depredado, - falou até em trator, que teria desmanchado alguns alojamentos que, inclusive, as máquinas daquele colégio foram retiradas para outro Colégio, demonstrando assim, que não vai tão bem a educação como se pensa.

Meus companheiros, meus ilustres Deputados:

O que se deveria discutir, em relação à Universidade de Ponta Grossa, não é a doação de um pedaço de terreno, não é o Estado se comprometer a doar um terreno, para receber benesses federais. O que é preciso é que se brigue pelo ensino gratuito neste País, e isso não se tem feito, é que se federalizem as Universidades paranaenses, que estão careando altos recursos, não só do Estado, ao contrário dos demais Estados do País, mas, principalmente do bolso dos pais dos alunos e dos próprios alunos, que, no Paraná, têm que pagar para freqüentarem uma Universidade.

A nossa Universidade Federal é a mais velha do País. Quando o Sr. Ney Braga era Ministro da Educação, e nós gritávamos desta tribuna, não só nós como os Deputados da ARENA, para que se federalizassem as universidades, o que se dizia? Não. Há uma proibição de federalização.

Mas, ainda recentemente, no mês de junho começou a funcionar a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a alegação de que aquele é um Estado novo, e precisava de uma Universidade Federal. Mas, quantos municípios novos tem o Paraná, depois que foi criada a Universidade Federal do nosso Estado? Quantos Estados maiores, com contingentes maiores do que o Mato Grosso do Sul, entraram no Paraná, nos últimos vinte anos, e aí está a Universidade de Londrina, de Ponta Grossa, de Maringá, e as faculdades isoladas. E hoje, ainda, o Deputado David Cherigate afirmava que a Faculdade de Cascavel não recebia sequer um centavo dos cofres públicos.

Srs. Deputados.

O Estado tem a solução e o Líder do Governo nos pediu uma solução. A solução é fácil, Srs. Deputados. Pedi informações ao Deputado Cyro Martins, e nos informou que um alqueire de terra em Ponta Grossa, na região necessária para o campus - e o campus é necessário - custaria cerca de quinhentos mil cruzeiros. Não temos dinheiro, temos? Temos tanto dinheiro, Srs. Deputados, que, pela Mensagem 51/79, o Governo deste Estado pretendeu, e esta Assembléia impediu, entregar nove milhões de cruzeiros a duas entidades: uma, de caráter filantrópico, é verdade; mas, cinco milhões e cem eram destinados a quem, Srs. Deputados? Ao Colégio Medianeira, onde estudam os filhos da fina elite de Curitiba. Cinco milhões e cem tinha disponível para o Colégio Medianeira, e não tem dinheiro para comprar terrenos para o campus de Ponta Grossa.

Está aqui, Srs. estudantes que estão presenciando esta sessão, porque nós estamos tentando fiscalizar melhor, porque para o Medianeira, Colégio da elite, que cobra caro para os alunos bem postos na vida terem educação, o Governo aranjou cinco milhões e cem mil cruzeiros para dar. Não tem dinheiro para comprar um terreno para o campus universitário de Ponta Grossa.

Srs. Deputados, está aí a solução: o Governo do Estado

que compre uma outra área e que deixa o Colégio Augusto Ribas em paz; e deixe pelo seguinte: não adianta dizer que a cláusula 2a. impede a continuidade, porque se a pretensão que transparece no projeto não fosse outra, que não a de acabar com o colégio, teria de constar uma cláusula só, que o ex-Prefeito Cyro Martins, deve ter-se utilizado muito na Prefeitura de Ponta Grossa, uma cláusula única de reversão, que no momento em que desaparecesse o colégio deveria ser revertido o patrimônio ao Estado.

Como nós iremos continuar brigando pelo ensino gratuito, pela federalização da Universidade de Ponta Grossa, e esta federalização é o fim do colégio, ilustre Deputado Cyro Martins, quando nos alertou e nos convenceu que o Estado tem outras soluções que não a de acabar com o colégio Augusto Ribas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei este encaminhamento de votação apenasmente para se fazer justiça ao eminente Líder de nossa bancada, Renato Bernardi, que foi o Relator do Projeto de Lei N.º 207/79.

Evidentemente que a Comissão de Constituição e Justiça quando examina as matérias que lhe são afetas, apenas as examina sob o aspecto constitucional.

E constitucional é o projeto. E o relatório não seria outro a não ser emitir um parecer favorável à matéria.

Segundamente, Sr. Presidente, falo em nome da bancada do PMDB, para dizer do posicionamento de nossa bancada com referência a esta votação que será livre. Cada Deputado de nossa bancada votará de acordo com sua consciência e conhecimento da matéria.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. MÁRIO CELSO (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere.
O Sr. primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Domício Scaramella) — (Procede à chamada).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam a chamada 34 Srs. Deputados.

Há número para deliberação.

Votação do Projeto de Lei n.º 207/79.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permanecem como estão. Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Peço a Vossa Excelência verificação de votação, e também observância do "quorum" com relação à alienação ou doação de imóveis. Quero que fique constado em ata esta observância e por conseguinte também quero fazer a minha declaração de voto, Sr. Presidente, antes que ele seja declinado, no conjunto, de que a minha votação vai ser contra o projeto, na forma em que se encontra, até me penitenciando de votar dessa forma, porque não encontro alternativa para votar de outra maneira.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa vai proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, queiram levantar-se.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse quanto ao "quorum" qualificado ou não,

constitucionalmente previsto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Não há o que esclarecer à Mesa. A votação, atingindo o "quorum" regimental para apreciação de projeto, é maioria simples. Não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A votação para deliberação é maioria simples.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Vinte Srs. Deputados o aprovam;

Onze Srs. Deputados o rejeitam.

Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que cria o Distrito Administrativo de Cachoeira no Município de São José dos Pinhais, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado, artigo por artigo.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/79, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que declara de utilidade pública o "Albergue Noturno José do Patrocínio", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/79, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Deficientes da Audio Comunicação, com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando o Sr. Túlio Zanchet, na qualidade de membro efetivo, completando, desta forma a indicação anteriormente encaminhada, referente à Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará possíveis irregularidades no DETRAN. —

Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Leônidas Chaves, para integrar a Comissão de Turismo, em substituição ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, ficando este último como integrante da Comissão de Redação Final, em substituição ao primeiro indicado. —

Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo imediatas providências no sentido de que seja concluído o "Acesso Mamborê-BR369. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, lamentavelmente, nós vamos votar contrariamente a este requerimento. Não em desrespeito ao nobre Deputado Darcy Deitos, nobre representante daquela região aqui no Poder Legislativo.

Mas, porque nós obtivemos informações através do Sr. Deputado Jurandir Messias, também representante daquela

região neste Poder, que esse acesso já está concluído. Por esta razão é que nós vamos votar contrariamente ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação. Para encaminhar, o Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Creio que lamentavelmente deve haver um engano ao eminente Líder do PDS nesta Casa. Porque é a 4a. vez consecutiva, durante quatorze meses e meio de mandato, deste Deputado nesta Casa, que faço referência ao asfaltamento deste acesso da Cidade de Mamborê, com a BR-369.

No dia 15 de março de 1979, no primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa, já fiz referência de que tal acesso constava do mapa rodoviário emitido pelo então Governador Jayme Canet Júnior na época.

No mês de junho de 79, fizemos um requerimento nesta Casa, solicitando encarecidamente para que aquele acesso fosse asfaltado. A bancada situacionista desta Casa votou contrariamente àquele requerimento. No mês de novembro de 79, no dia 20, para ser bem preciso, fizemos novamente um pedido da mesma natureza, pedindo que a Secretaria dos Transportes asfaltasse aquele acesso.

E, na semana passada, quando encaminhei este requerimento, até fiz referências eminente Líder, de que nenhuma resposta havíamos recebido da Secretaria dos Transportes com referência àquele acesso. E lá está o acesso de Mamborê sem ser asfaltado com os reclamos daquela comunidade, implorando para que a Secretaria dos Transportes realmente asfalte, porque é apenas um trecho de pouco mais de quatro quilômetros.

Então, creio que Vossa Excelência deve ter tido uma informação errônea do eminente Deputado Jurandir Messias, com quem divido a representação de Mamborê, aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

Pediria ao nobre Deputado Darcy Deitos, que nós transferíssemos a apreciação deste requerimento para a outra semana, ou para a sessão de amanhã, quando aqui deverá estar presente o nobre Deputado Jurandir Messias, porque as informações que chegaram à liderança, é que as obras já foram iniciadas.

O SR. DARCY DEITOS — Absolutamente. Mas, concordo com o pedido de Vossa Excelência e Vossa Excelência poderá verificar que não houve ainda o início nem das obras e é essa nossa preocupação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Concordo, Sr. Presidente, que este requerimento passe para a sessão de amanhã, para ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Perfeito.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pela criação de um sistema de segurança nas estradas, visando o transporte de café.— Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra no encaminhamento de votação.

Voto do que está sendo encaminhado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Voto de congratulações.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Tenho até constrangi-

mento de me manifestar contra qualquer tipo de votação, para este Senhor, que ocupa este cargo no Estado. Principalmente, em episódios policiais no oeste do Paraná, entre os quais, o mais momentoso de todos eles, envolvendo pessoas da alta cúpula política municipal de Cascavel. Este Secretário da Segurança Pública, quando se falava do envolvimento de um sargento, lá em Cascavel, foi o primeiro a ir para a televisão e dizer e a resguardar a postura desse homem naquele envolvimento. Não me sinto à vontade para votar este tipo de comenda para este cidadão.

E por esta razão, quero deixar lavrado aqui um veemente protesto de pelo menos oitenta por cento da população de Cascavel. Não é possível votarmos simplesmente em homens que não se comportam devidamente com aquela exigência que o público quer e deseja dele.

Por esta razão, sou contrário a este voto.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Continua em votação.

O SR. VALDUGA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sempre gostei de manter a minha independência em tudo que faço, para poder cobrar em momentos como este, nobre Deputado. Tive aqui a oportunidade de encaminhar contra as condições de segurança do transporte de café, no Norte do Paraná. Fiz um apelo à Secretaria da Segurança e encaminhei um ofício a esta Mesa. O pedido foi apreciado; foi apreciado por todo o Plenário e foi aprovado por unanimidade.

E agora pude ver que efetivamente foram tomadas medidas; se compõe da melhor forma possível uma equipe para proteger o transporte de café na região Norte do Paraná, fazendo com que se extingam as gangs de assaltos aos caminhões.

E, se não se pode, nesta Casa, dizer uma palavra honrosa a quem está agindo bem, então tenho a impressão que chegamos realmente numa condição de tragédia de equívocos.

Por isso, peço a ponderação dos nobres companheiros. Não estou fazendo loas ao procedimento policial em geral a quem tenho reparos. Estou colocando a questão unicamente no ponto de vista transporte de café, que foi uma questão aqui debatida.

Por isso, quero que apreciem o que coloquei.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial da "Folha de Londrina" tendo por título "Londrina na Luta Municipalista".— Aprovado.— (O editorial acha-se publicado no final desta ata). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Segundo Bortolini, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo providências quanto ao clima de insegurança e violência que está ocorrendo no setor urbano. (Vila Parolin).— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes e ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de que informem, quais as razões da inteira paralisação das obras de asfaltamento em trecho da estrada Umuarama-Maria Helena.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, nós da bancada do PDS iremos votar contra esse pedido de informações e gostaríamos de relatar o porquê desse posicionamento da bancada do PDS.

Em 15 de março de 79, o DER construiu o trecho Maria Helena-Umuarama, contratado com a firma CBE, Companhia Brasileira de Estradas, sucessora legal da Empresa Patente S.A. O contrato em questão abrangia também, parte do trecho Maria Helena-Nova Olímpia, o qual tinha subrogado a firma Esusa S.A.

Após entendimentos mantidos com ambas as firmas, ficou clarividenciado que o trecho de responsabilidade da Esusa Sociedade Anônima, seria concluído ainda no primeiro semestre de 1979, e que o trecho em pauta, Maria Helena-Umuarama, circunstanciado por dificuldades financeiras das firmas CBE, Companhia Brasileira de Estradas, não teria condições de prosseguimento.

Em decorrência deste fato o DER questionou imediatamente junto à firma contratada, visando a viabilidade da transferência residual do contrato para outra eventual firma interessada.

Por este motivo, o trecho em questão deverá passar por nova concorrência pública e depois de realizada esta concorrência o trecho terá o seu prosseguimento efetuado.—

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação. APROVADO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Está rejeitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — REJEITADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ELETROBRÁS, encarecendo seja formulado o programa para atender a eletrificação rural no Estado, para o ano de 1980.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. General Antônio Carlos de Andrada Serpa. Aprovado.—

(O pronunciamento acha-se publicado no final desta ata). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, consubstanciado em pedido de informações sobre um rol de questões relativas ao atendimen-

to da referida Secretaria.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, no sentido de que o mesmo demita sumariamente os Ministros da Agricultura e do Planejamento.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, é evidente que o requerimento de autoria do nobre Deputado Darcy Deitos, não diria que é brincadeira porque respeito muito o nobre Deputado que está aqui cumprindo um papel relevante para a preservação do regime democrático brasileiro.

A Oposição, às vezes, contundente, mas cumpre efetivamente um grande papel na democracia brasileira. Então, não diria que o requerimento tem o espírito brincalhão, mas diria, Sr. Presidente, para que determinados setores da imprensa - não digam que se fecham a questão em todos os requerimentos e porque sabemos que esses dois Ministros não gozam, efetivamente, da simpatia do povo brasileiro e nem da totalidade da bancada do PDS, é que deixo a questão aberta me declarando, entretanto, contrariamente. Vou votar contrariamente ao requerimento. Porque é um problema que diz respeito à administração federal e só ao Presidente da República cabe decidir se os dois Ministros são indispensáveis ou necessários à sua administração ou não.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando apresentamos este requerimento a esta Casa, onde solicitamos o encaminhamento de um expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que o mesmo demita sumariamente o Ministro do Planejamento e da Agricultura, o Sr. Delfim Neto e o Sr. Amaury Stábile; o fizemos não com o intuito de brincadeira, mas usando a arma de que dispomos e o canal que nos compete.

Não foi Darcy Deitos, um humilde interiorano de Campo Mourão, que representa aqui nesta Casa uma parcela daquele povo; outras entidades muito maiores já o fizeram. E por que não a Assembléia do Paraná ser a primeira em dizer que a política econômica deste Governo é desumana e é contra os reais interesses do povo brasileiro? Por que? Será o fim do mundo?

Há dias atrás, 116 entidades representantes do Rio Grande do Sul, de agricultores, já pediram que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República demitisse o Sr. Delfim Neto e o Sr. Amaury Stábile, por serem homens contrários aos reais interesses da agricultura brasileira.

Há dias atrás, é a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, composta por 21 federações, representando 2.346 sindicatos, com seis milhões e cem mil trabalhadores sindicalizados, que votou uma moção, uma carta aberta ao povo brasileiro, em que pediram a cabeça do Sr. Delfim Neto.

Ainda hoje, Sr. Presidente, o jornal "Diário do Paraná" estampa na primeira página uma entrevista do vice-Presidente da Federação da Agricultura dos Trabalhadores do Estado do Paraná, em que ele votou favoravelmente para que o Sr. Presidente da República demita o Sr. Delfim Neto pela sua

incompetência, pelas matérias que tem apresentado à Nação, contra os reais interesses do povo brasileiro.

Direi porque. Só para citar duas: no mês de dezembro de 79, no dia 07, quando foi editado aquele famoso "Pacote Econômico", Sua Excelência, o Sr. Presidente da República leu, de que tomava uma medida para salvaguardar os altos interesses do povo brasileiro. Onde uma taxa de imposto de renda, de 12,5% para 1,25%. Isto é salvar a Nação brasileira.

E agora, Sr. Presidente, na semana passada, novo "Pacote Econômico" é editado. E dentre eles uma taxa de 10% de empréstimo compulsório, sobre os rendimentos de ganhos de capital.

Não que nós sejamos contrários à essa taxa. Acho que ela é justa, é correta, porque tem que tirar dos mais ricos que não pagam nada a Nação. Mas sou contrário da forma como ele foi editado, porque retroage o seu efeito para o ano de 1.979. É uma heresia. É uma heresia de lei, Sr. Presidente. Um país de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, ser governado por decretos-leis e portarias, é um absurdo!

E como é que pode um homem que no ano passado fez os seus investimentos, baseados na legislação existente, como é que seis meses depois de encerrado o exercício, vem o Sr. Delfim Neto e diz, não, agora nós vamos fazer isso e fazer aquilo e taxa o empréstimo compulsório que nada mais é do que um assalto, é um confisco às rendas dos homens desta Nação. Retroagindo no ano de 79, cujo empréstimo compulsório, Sr. Presidente, será devolvido dentro de dois anos, sem correção monetária. E com juros de 6% ao ano. É uma verdadeira brincadeira, então esse homem brinca com o povo brasileiro. E brinca com a Nação Brasileira. E é por este motivo que eu, por mais gracejo que alguém possa imaginar que seja, agi seriamente e usando o canal que me compete, que é esta tribuna, pois o povo para aqui me mandou e eu aqui estou para defender o povo, que para aqui me elegeu e eu nada mais faço do que isso.

E quanto ao Sr. Amauri Stabile, é notória a sua incompetência como Ministro da Agricultura. É notória, Sr. Presidente, porque é lamentável que num país essencialmente agrícola, não encontre por parte das autoridades constituídas, o apoio necessário. Muito ao contrário, que se tire dessa mesma agricultura, todas as suas esperanças. Além das intempéries que a mesma vem sofrendo constantemente, hoje assistimos em nosso País, um verdadeiro "complô" para liquidá-la inexoravelmente, colocando-se em risco não só a sobrevivência dos nossos agricultores mas também toda a população brasileira que vê cada vez mais aumentar a fome em seus lares. Dizem os órgãos responsáveis por esse setor da nossa vida nacional, que a Agricultura é prioritária. Mas infelizmente o que assistimos, demonstra que as medidas concretas impostas à agricultura, vêm sempre desmentir as afirmações do Presidente João Figueiredo.

E os fatos estão aí a comprovar, Sr. Presidente, quando o agricultor solicita 850 cruzeiros para a saca de trigo, lhe é concedido apenas 710. E lamentavelmente assistimos a redução do plantio, de 40 a 50 por cento, nesta safra de 1.980. E nós somos sabedores de que no Paraná, a triticultura movimenta mais de 40 bilhões de cruzeiros, e que emprega em sua mão de obra mais de 160 mil trabalhadores. Passará ela a movimentar apenas 24 bilhões de cruzeiros, onde mais de 64 mil trabalhadores ficarão sem trabalho. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que mais nos deixa perplexos, é que enquanto se nega 850 cruzeiros para o produto nacional, paga-se 1 mil e 27 cruzeiros para o produto estrangeiro. O mesmo já havia ocorrido no ano passado, quando se pagou para o produtor nacional, 324 e para o estrangeiro, 600 cruzeiros. E aqui sobre o trigo eu queria fazer uma exposição que o ex-Ministro Karl Rischbieter fez desta tribuna, há dias

atrás, no Seminário de Desenvolvimento, promovido por este Poder, nos fins do mês de março, quando ele disse que o trigo é o maior escândalo que já se fez nesta Nação. Ele, como ex-Ministro da Fazenda dizia: — de que o Governo subsidia, gasta em subsídio com o trigo, 66 bilhões de cruzeiros, ou 1 bilhão e duzentos milhões de dólares, para consumo interno, e dizia ele, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que 40% desse subsídio ou 40% desse trigo é consumido no eixo Rio-São Paulo, pelas indústrias de cola e de compensado. O trigo não é subsidiado para o povo comer o pão, e sim, para as multinacionais que detêm o controle, nesta Nação, de cola e de conglomerado.

É isso, Sr. Presidente, não são palavras minhas, são palavras de um ex-Ministro desta Nação que foi tirado pela voracidade do mágico Delfim Netto, do cargo que ocupava. O eminente paranaense — não porque ele saiu, mas porque já o admirávamos antes, pelas suas idéias libertárias e aqui desta tribuna ele as reafirmou, Sr. Presidente.

É um escândalo, estes homens não podem continuar à testa daquela Pasta da Agricultura, Sr. Presidente.

Daí, é de se perguntar a todos: a agricultura deste País é prioritária, ou os órgãos do Governo estão a nos mentir a nos enganar, ou estão a serviço do capital estrangeiro, que sempre nos roubou a nossa economia do nosso povo, através das multinacionais e dos seus representantes legais em nosso País.

Mas, a história, Sr. Presidente, não é somente no caso do trigo. Ela se repete com o leite, com o arroz, com o feijão, com o soja, e, principalmente com o café, onde o confisco rouba do agricultor brasileiro, não só o dinheiro, mas suas esperanças em produzir e fazer com que esta Nação cresça e encontre o seu lugar de destaque no cenário mundial.

Concluo, Sr. Presidente, estão aí os protestos dos triticultores, dos cafeicultores, e, enfim, de todo o povo brasileiro pela má condução da política agrícola brasileira, e nós somos apenas mais uma voz que nós somamos a milhões de brasileiros que já não confiam, e nem mesmo podem confiar nos órgãos responsáveis pela agricultura brasileira.

Daí a nossa solicitação para que se afaste o Sr. Amaury Stabile, Ministro da Agricultura, por acharmos, após longa análise, que o mesmo vem prestando um desserviço à agricultura nacional, e que vem prejudicando assustadoramente toda a nossa economia, a qual está calcada na agricultura brasileira.

É por isso, Sr. Presidente, que estamos encaminhando o nosso requerimento, e que pedimos que o mesmo seja votado favoravelmente, para que a Assembléia do Paraná seja a primeira, dentre outras, que haverão de se levantar, para tirar o mágico do Ministério do Planejamento, e o incompetente do Ministério da Agricultura, Sr. Amaury Stabile.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, não quero ser indelicado com o nobre Deputado Nelson Friedrich, mas não há quorum para prosseguimento da sessão.

Por esta razão, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Domício Scaramella) - (Procede a chamada dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Responderam a chamada 15 Srs. Deputados.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 207/79 e 209/79;

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 12/80 e de Resolução nºs 2/80 e 3/80.

Fica marcada ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 25, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 4/80 e 5/80.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DEL CIEL' EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 23 DE ABRIL DE 1.980.

LONDRINA NA LUTA MUNICIPALISTA

A câmara Municipal de Londrina sediará, em junho, um congresso de vereadores, para debater a situação do empobrecimento em que se encontram os municípios. Mais um congresso, poderão dizer alguns, lembrando que nas últimas décadas não faltaram os conclaves e os debates, os memoriais e os apelos, formando milhares de documentos que devem estar dormindo pelas gavetas governamentais. Ocorre, porém, que se é fato que raros foram os resultados de tantos conclaves já efetuados, isto não é motivo para que se desestime sua realização. Pelo contrário. O que se pode observar é que a grita municipalista não foi ainda suficiente, de vez que não encontrou o eco necessário junto às lideranças nacionais, determinando, então, que se continue a lutar, a reunir municipalistas, a examinar os problemas e a propor soluções. E se as soluções apresentadas forem idênticas às de outros conclaves semelhantes, isto não é motivo para desânimo, mas representa o reconhecimento de que há muito de verdade no que se pleiteia e reclama, sendo mister continuar na luta.

A realidade municipalista brasileira já passou do estágio dos paliativos e das fórmulas açucaradas com que se tentou — e em muitos casos se conseguiu — embair a população e os dirigentes municipais. Existe uma situação real de dificuldades que, em alguns casos, beira à insolvência. Municípios existem que sobrevivem em condições tão precárias que chega a ser assombroso que ainda não tenham fechado as portas. E a situação de prefeitos rumando, sistematicamente, às Capitais, mendigando recursos nas Secretarias, pechinchando favores, é das mais negativas. Ademais, numa situação assim, invertem-se até as coisas, com o Estado e a União fazendo-se de "bonzinhos", distribuindo migalhas, exigindo coisas — notadamente a adesão política — quando

outra deveria ser a situação. Os municípios deveriam ter recursos suficientes para atender a suas funções. E não poderiam estar, também, sujeitos a pressões como as que recebem, obrigados inclusive a assumir encargos do Estado e da União, sem outra forma de agir. Como por exemplo, construir casa para o juiz e prédio para o Fórum, se o município quiser ter justiça, construir — ou pelo menos dar terreno — a Delegacia de Polícia, caso queira ter a Segurança; sem falar no combustível para os carros oficiais, e outras concessões. No setor da educação, também, o município precisa fornecer quase tudo para receber o que deveria ser naturalmente entregue. Transferem-se encargos, mas não se transferem recursos. E se o prefeito pretender fugir aos encargos, exigindo que o Estado cumpra sua obrigação, fica desamparado. E quem sofre atualmente, são os municípios.

Por outro lado, é importante notar que se, de fato, não tem havido ressonância aos apelos municipalistas, por parte das autoridades federais, isto também se deve a uma falta de maior atuação parlamentar. O presidente da República, pela sua formação, talvez não tenha condições para apreciar plenamente a veracidade dos problemas municipalistas. Do mesmo modo seus ministros, recrutados na área tecnológica, com rara vivência política, notadamente a nível municipal, tem limitações para sentir a realidade municipalista. Quem deveria agir, falar, fazer eco aos reclamos municipalistas seriam os deputados federais e senadores, representantes, afinal, dos Estados, com vivência política, muitos deles ex-prefeitos e ex-vereadores. Houve tempo em que o municipalismo contava brilhantes representantes nas casas legislativas federais. Hoje, porém, isto não parece acontecer. Nem mesmo a CPI sobre o empobrecimento municipal chegou a dizer a que veio. Ouviu prefeitos, presidentes de entidades estaduais de municípios, mas não formulou, até agora, ao que se saiba, nada sobre o assunto; aliando-se a isto, uma ainda existente falta de unidade entre os prefeitos. Tem-se então que apesar de tantos congressos, ainda falta muito para que se possa falar em uma real união dos municipalistas visando atingir os objetivos mais imediatos das comunas brasileiras, para sua sobrevivência.

O congresso que a Câmara de Londrina está preparando representa, pois, não apenas mais um encontro, mas a continuidade de uma luta que não pode parar. Vitalizar o municipalismo é fundamental para a sobrevivência do modelo político em que vivemos. Isto sem contar que, como dizem sempre os líderes municipalistas, é no município que o ser humano nasce, vive e morre. Portanto, é o município que deve receber a principal parcela das atenções governamentais.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO WALDYR PUGLIESI, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 23 DE ABRIL DE 1.980.

SERPA PREGA "CORREÇÃO DE RUMO" EM QUATRO SETORES

Diversas "correções de rumo" nas políticas energética, tecnológica, de distribuição de renda e populacional foram defendidas ontem pelo chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, general

Antônio Carlos de Andrada Serpa, que voltou a criticar as empresas multinacionais, dizendo que muitas destas exercem um "capitalismo selvagem".

Em longo pronunciamento, feito de improviso, na solenidade de transmissão da chefia da Diretoria de Movimentação do Exército, do general Freire de Pinho para o coronel Franco de Azambuja, o general Serpa lembrou a participação dos generais Castello Branco e Mourão Filho na Revolução de 1.964 para justificar a participação dos chefes militares no debate dos principais problemas nacionais, que, a seu ver, "são assuntos políticos e devem ser tratados políticamente". Advertiu, em seguida, que, "hoje, particularmente nos meios civis, há os que, esquecendo este passado de luta, arrogam-se o direito de resolver o que os generais devem e não devem dizer".

Depois de reafirmar "o eterno compromisso" de sua geração com a democracia e a liberdade e o combate permanente "ao comunismo materialista e ateu", o general Andrada Serpa conclamou os chefes militares a não se omitirem em ajudar o presidente João Figueiredo, nesta época cheia de desafios, "para encontrarmos os caminhos de defesa de nossa pátria". Lembrou, a propósito, ter sido "um dos maiores responsáveis pela ascensão do general João Baptista Figueiredo", acrescentando: "Cumpra aos chefes do Exército não se omitirem no aconselhamento e esclarecimento de nossos subordinados". Em seguida, ressaltou a importância de as Forças Armadas manterem-se coesas "no caminho de dever e na subordinação a seus chefes legítimos", por entender que assim será fácil sempre a um país, com as potencialidades do Brasil, "achar os rumos que o transformarão numa das quatro grandes nações do mundo, nas próximas décadas".

No início de seu pronunciamento, o chefe do DGP recordou o segundo dia de combate das Forças Expedicionárias Brasileiras em Montese, ontem comemorando, observando que a vitória dos Aliados "nos evoca o sacrifício de todos aqueles que lutaram para garantia da independência, integridade e soberania do Brasil e, no mundo, da liberdade com responsabilidade e da democracia do possível".

CORREÇÕES

Quatro assuntos são considerados pelo general Serpa como "da maior importância para os destinos do País": a dependência do petróleo, dependência tecnológica, necessidade de divisão de renda e população.

"O Brasil — frisou — resolverá seus problemas usando suas potencialidades hidrelétricas, o carvão do Sul e a biomassa, cujo programa deve ser transformado em objecto nacional prioritário. Não podemos permitir que este programa caia em mãos das multinacionais. Nada tenho contra elas, mas sim contra o capitalismo selvagem que muitas delas exercem".

A seu ver, será "crime de lesa-pátria entregar o programa da biomassa às multinacionais, porque ele será a redenção do País". O preço do petróleo não deixará de subir, pois está vinculado à existência do dólar como moeda de reserva — observou Andrada Serpa —, para acrescentar que os Estados Unidos, que enfrentam a inflação também têm interesse na alta do petróleo.

O general, depois de repetir que "energia é

poder, e a tradição brasileira é conservar (em mãos dos nacionais as fontes de poder" (frase já dita por ele próprio), disse que as multinacionais têm muito capital, poder de corrupção e "testas-de-ferro".

Considera necessário um programa de biomassa prioritário, com investimentos suficientes, para que se possa chegar "a um patamar onde o preço dos óleos vegetais e do álcool só subirá com a inflação brasileira".

A entrada de multinacionais no programa da biomassa — advertiu — vinculará o preço do álcool ao do petróleo, cujas importações brasileiras, no ano passado, atingiram sete bilhões de dólares, devendo chegar este ano a 10 bilhões de dólares.

O Brasil — continuou — descobriu hoje poços na plataforma da Amazônia, mas não deve esquecer que os países que descobriram petróleo no Mar do Norte levaram dez anos para viabilizar suas prospecções. Os próximos dez anos serão difíceis, porque o preço do petróleo subiu 30 por cento e deve continuar subindo, sem falar na crise internacional: o bloqueio do Golfo Pérsico pela esquadra norte-americana resultará num déficit de 20 por cento no suprimento de petróleo, que passará a ser comprado somente por quem tiver dólares para pagar a vista.

Segundo Serpa, "o programa da biomassa não pode continuar desestimulado, apesar dos esforços patrióticos do presidente Figueiredo". A propósito, o general criticou resolução do Banco Central, de julho passado, que baixou o financiamento para os projetos da biomassa de 100 para 80 por cento, o que multiplicou o custo do programa em 2,7 por cento. Disse que no governo Geisel, foram aprovados em média, por mês, 12 projetos, enquanto no ano passado foram aprovados apenas 18 projetos, numa média de 1,5 por cento ao mês.

No entender do general Serpa, a Petrobrás deveria passar a canalizar para o Proálcool investimentos a fundo perdido efetuados no setor de prospecção de petróleo, o que fortaleceria o programa da biomassa. "Um furo de petróleo em terra — disse — custa de seis a sete milhões de dólares e, na plataforma marítima, 20 milhões de dólares. Mas, se não existisse a Petrobrás, estaríamos pagando de 30 a 40 dólares o barril de petróleo para as sete irmãs".

TECNOLOGIA

O general Serpa considerou "alvissareiras" duas decisões recentemente tomadas pelo presidente Figueiredo: a criação da Secretaria de Informática e a isenção do pagamento de Imposto de Renda para as pequenas e médias empresas.

A Secretaria de Informática — explicou — foi institucionalizada para, por meio de diretrizes estratégicas, desenvolver os setores da informática e eletrônica — um mercado de dois bilhões de dólares, do qual a informática fica com 6 por cento. "Somos e seremos, nas próximas décadas, dependentes deste setor", acentuou o general.

Outra tecnologia, ainda em estudos, mas considerada vital pelo general Serpa, é da química fina (insumos farmacêuticos, defensivos agrícolas, aditivos conservadores de alimentos e catalisadores). O Brasil gasta um bilhão de dólares na importação destes produtos, dos quais 350 milhões apenas nos insumos farmacêuticos, "setor onde o capitalismo selvagem mais se desenvolveu no País". Observou o

general Serpa que a França, Alemanha Federal outros países aprovaram de três a quatro mil títulos de medicamentos, enquanto o Brasil aprovou de 30 a 40 mil títulos. Outros países de poder nacional ao do Brasil, tais como Itália, Índia e alguns países do Leste europeu, "jogaram fora a cangalha da dominação multinacional neste setor industrial vital para o país."

POPULAÇÃO

Ao defender uma população de 250 milhões de habitantes para o Brasil, o general Serpa denunciou a existência de uma organização multinacional, operando em 26 países da América Ibérica e financiado pelas fundações Ford e Rockefeller, cuja "meta ambiciosa" a instalar, até 1995, 700 clínicas e conseguir a esterilização de milhões de brasileiros, reduzindo de 2,7 por cento (de acordo com o censo de 1970) para 1,5 por cento a taxa de natalidade no Brasil, que ficaria na situação de velhas nações da Europa. O general advertiu: "Se não impedirmos que isto ocorra, seremos simples fornecedores de matérias-primas para as grandes potências e sofreremos humilhação de vermos que contingentes de formigueiros: a Ásia, com capitais das

grandes potências, venham plantar cana e mandioca na Amazônia.

Segundo Serpa, "não se pode ter tanta descrença na ciência da democracia. Mao Tse-Tung melhorou o padrão de vida, alimentou e deu condição de trabalho a oito Brasil, no interior da China. O Brasil, ainda não tem regiões anacumênicas, não terá problemas em alimentar de 200 a 250 milhões de habitantes".

Concluindo seu pronunciamento, o general Serpa afirmou que "uma revolução que mudou a face do País, deu-lhe esta habilidade política, ordem e melhores condições, prosa da participação de todos os brasileiros, sem nenhuma ação do poder, cor e condição social. É indispensável que estas correções de rumo sejam feitas, não se esperando o agravamento da situação internacional para que medidas efetivas sejam tomadas".

Ao despedir-se do general Freire de Pinho, o general Serpa desejou-lhe êxito no seu novo posto -- o comando da Região Militar -- a promoção do mais alto posto Exército -- general-de-exército) manifestando-se confiante no "bom serviço do Alto Comando do Exército".